Entidade adjudicante: Expertise France

Inovações para uma agricultura familiar inteligente face às alterações climáticas na África Ocidental

GCCA+ África Ocidental (AGAC + AO)

Formulário de pedido de subvenção

Referência: **GCCA+AO-2020-APP02**

Prazo para apresentação das notas sucintas de apresentação

28 de Junho de 2020 (UTC) – 23H59

A fim de reduzir as despesas e os resíduos, aconselhamos vivamente a não utilizar pastas ou separadores de plástico. Queira utilizar também a impressão frente e verso, se possível.

Designação da ação:	"Tiban ankaterô". Integração de aspetos culturais, agroecológicos, territoriais e climáticos para uma agricultura familiar resiliente ao clima nas ilhas de Urok. Guiné-Bissau.
Domínio de intervenção da ação:	1- Explorações
Localização(ões) da ação:	Guiné-Bissau, Arquipélago dos Bijagós, Área Protegida das Ilhas Urok (ilhas de Formosa, Nago e Chediã
Nome do requerente principal	ONG Tiniguena *"Esta Terra é Nossa"*
Nacionalidade do requerente principal	Guineense

INTRA-ACP GCCA+ PROGRAMME An initiative of the ACP Group of States funded by the European Union's European Development Fund

Dossiê n°	

(unicamente para uso interno)

Número de ficha da entidade jurídica/ do contrato em curso (se disponível)[1]	GW-2009-CUO-2404967786
Estatuto jurídico[2]	Organização Não Governamental/Sociedade Civil
Co-requerente [3]	Bosque y Comunidad, E10251445, espanhola, 22/07/92, Associação/ONGD. Barcelona Supercomputing Center - Centro Nacional de Supercomputación (BSC-CNS), espanhola, 01/04/05, Consorcio Público/Instituto de investigação
Entidades afiliadas[4]	---

Informações de contacto do requerente principal no quadro da presente ação	
Endereço postal:	CP: 667, Bissau
Número de telefone: (telefone fixo e móvel) código do país + código da cidade + número	(+ 245) 955 489 766/ (+ 245) 966 735 111
Número de fax: Código do país + código da cidade + número	
Pessoa de contacto para esta ação:	Miguel de Barros
Endereço eletrónico da pessoa de contacto:	debarros.miguel@gmail.com
Endereço:	Av. Caetano Semedo, Bairro de Belém, Complexo Las Palmeras, República da Guiné-Bissau
Sítio Internet do requerente principal:	**http://tiniguenagb.org**

Qualquer alteração de endereço, números de telefone, números de fax e endereços eletrónicos deve ser comunicada por escrito à entidade adjudicante. Em caso de impossibilidade de contactar o requerente, a entidade adjudicante não será responsabilizada.

[1] Se um requerente principal já tiver assinado um contrato com a Comissão Europeia e/ou tiver recebido o número de identificação de entidade jurídica. Caso contrário, inscrever a menção "N/A".

[2] Por exemplo, organização sem fins lucrativos, agência governamental, organização internacional.

[3] Utilizar uma linha para cada co-requerente.

[4] Utilizar uma linha para cada entidade afiliada.

Índice

SEÇÃO A. DOCUMENTO DE SINTESE 4

1 Instrução para a elaboração do documento de sintese nota sucinta de apresentação 4
1.1. Síntese da ação 4
1. 5
1.2. Descrição da ação (2 páginas no máximo) 5
1.3. Lógica de parceria (0,5 páginas) 5
1.4. Pertinência da ação (max. 2 páginas) 6
1.4.1. Pertinência em relação aos objetivos /setores /temas /prioridades específicas do convite á apresentação de propostas 6
1.4.2. Pertinência em relação ás necessidades e constrangimentos específicos do/dos países, região(ões) alvo(s) e/ou dos setores interessados (sinergia com outras iniciativas de desenvolvimento e falta de duplo emprego). 6
1.4.3. E favor descrever e definir os grupos alvos e os beneficiários finais, bem como as suas necessidades e constrangimentos e a maneira como a ação responderá a essas necessidades 6

2 Experiência dos intervenientes 8
2.1. Experiência do requerente principal 8
2.2. Experiência do(s) co requerente (s) 8
2.3. Experiência da(s) entidade(s) afiliada(s) (quando aplicável) 9

3 Lista de verificação do documento de sintese 10

4 Declaração do requerente PRINCIPAL (documento de síntese) 12

5 Grade de avaliação para o documento de síntese 13

SEÇÃO B. FORMULÁRIO DE PEDIDO COMPLETO 17

1 Informações gerais 17

2 A ação 18
2.1. Descrição da ação 18
2.1.1. Descrição (13 páginas no máximo) 18
2.1.2. Abordagem da implementação (5 páginas no máximo) 30
2.1.3. Programa de trabalho indicativo relativo à implementação da ação (4 páginas no máximo) 36
2.1.4. A sustentabilidade da ação (3 páginas no máximo) 39
2.1.5. Quadro lógico 41
2.1.6. O orçamento, o montante solicitado à entidade adjudicante e as outras fontes de financiamento previstas41

3 O requerente PRINCIPAL 42
3.1. Identidade 42

4 O(s) co-requerente(s) 43

5 ENTIDADE(S) AFILIADA(s) que participa(m) na ação 47
5.1. Descrição da(s) entidade(s) afiliada(s) 47
5.2. Declaração da(s) entidade(s) afiliada(s) 49

6 Empresas associadas que participam na ação 50

7 Lista de verificação relativa ao formulário do pedido completo 52

8 Declaração do requerente PRINCIPAL (PEDIDO COMPLETO) 54

9 Grelha de avaliação do pedido completo..... 56

SEÇÃO A. DOCUMENTO DE SINTESE

1 INSTRUÇÃO PARA A ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO DE SINTESE NOTA SUCINTA DE APRESENTAÇÃO

Salienta-se que, no caso de um convite limitado, apenas o documento de síntese será enviada no quadro da primeira fase (e não do pedido completo).

Se não existir um modelo específico respeitante ao documento de síntese, o requerente principal deve assegurar-se de que o texto:

- não ultrapassa **4 páginas (formato A 4)** em **caráteres Arial 10 com margens de 2 cm, interlinha simples (fora do resumo da ação e referências)**;
- forneça as informações solicitadas nas rubricas abaixo, na ordem em que foram pedidas e proporcionalmente à importância relativa (ver as observações da grelha de avaliação incluídas nas orientações destinadas aos requerentes);
- forneça informações completas (uma vez que a avaliação se baseará exclusivamente nas informações fornecidas);
- seja redigido da forma mais clara possível para facilitar a sua avaliação.

1.1. Síntese da ação[5]

Queira preencher a tabela abaixo, que não deve exceder 1 página.

Designação da ação:	
Lote	☐ **Lote 1 - EXPLORAÇÕES** ☐ **Lote 2 - REGIÕES** ☐ **Lote 3 - SETORES**
Localização(ões) da ação: indicar o(s) país(es) e região(ões) que beneficiarão da ação	
Duração total da ação (meses):	
Contribuição da UE solicitada (montante)	EUR
Contribuição da UE solicitada em percentagem do montante total dos custos elegíveis da ação (apresentada a título indicativo) [6]	%

[5] A página de capa conforme ao modelo da página 1 será também anexada.

[6] Se for caso disso, acrescentar uma percentagem do total dos custos aceites.

Orçamento total indicativo	EUR
Objetivos da ação	<Objetivo geral> <Objetivo(s) específico(s): >
Grupo(s) alvo[7]	
Beneficiários finais[8]	
Resultados esperados	
Atividades principais	

1.

1.2. Descrição da ação (2 páginas no máximo)

Queira fornecer todas as seguintes informações:

i. Uma apresentação do contexto em que se inscreve a preparação da ação, em especial no contexto setorial/nacional/regional (incluindo os principais desafios) da luta contra as alterações climáticas. A menção das análises / estudos específicos realizados de forma a fundamentar o conceito (análise contextual).

ii. Uma descrição dos objetivos da ação, tal como estabelecidos no quadro do ponto 1.1.

iii. Uma descrição das principais partes intervenientes, a sua atitude em relação à ação e as eventuais consultas realizadas.

iv. Uma breve descrição da lógica de intervenção em que se inscreve a ação, indicando os resultados, a(s) conclusão(ões) e o impacto esperados e sublinhando os principais riscos e pressupostos que lhes dizem respeito, bem como o caráter inovador do projeto.

v. Uma breve apresentação da natureza das atividades propostas, com uma descrição das ligações / relações entre os diferentes grupos de atividades.

vi. Uma apresentação do dispositivo de capitalização e de divulgação dos resultados do projeto e dos meios previstos.

vii. Uma explicação da forma como a ação permitirá integrar as questões transversais, como os direitos humanos[9], a igualdade dos géneros[10], a democracia, a boa governação, o apoio à juventude, os direitos das crianças e a sustentabilidade ambiental[11].

viii. Panorâmica do calendário indicativo da ação, com uma descrição de quaisquer fatores específicos tidos em conta.

1.3. Lógica de parceria (0,5 páginas)

Favor fornecer todas as informações seguintes:

---

[7] Os "grupos-alvo " são os grupos/entidades que beneficiarão diretamente da ação a nível do objetivo da ação.

[8] Os "beneficiários finais" são aqueles que beneficiarão de uma ação a longo prazo a nível da empresa ou do setor em sentido lato.

[9] Incluir as pessoas com deficiência. Para obter mais informações, consultar a "Nota de Orientação sobre Deficiência e Desenvolvimento" em https://ec.europa.eu/europeaid/disability-inclusive-development-cooperation-guidance-note-eu-staff_en

[10] Consultar as diretrizes referentes à igualdade dos géneros em https://ec.europa.eu/europeaid/toolkit-mainstreaming-gender-equality-ec-development-cooperation_en

[11] Consulte as diretrizes relativas à integração ambiental em https://ec.europa.eu/europeaid/sectors/economic-growth/environment-and-green-economy/climate-change-and-environment_en

i. Uma justificação à escolha do/ dos co requerente s) para a implementação da ação .

A título de aviso, o requerente principal deve agir com pelo menos um co requerente de natureza diferente da sua. A parceria com pelo menos um co requerente é obrigatória no quadro da ação. As propostas apresentadas por um único requerente não são elegíveis. O consórcio deve obrigatoriamente ser constituído por pelo menos dois requerentes de natureza diferente. Por outras palavras, o consórcio deve ser composto por pelo menos um requerente principal e um co requerente e pelo menos dois intervenientes devem ser de natureza diferente. *Por exemplo, o requerente principal é uma ONG, e o co requerente um instituto de investigação (de acordo com a secção 2.1.1 das orientaçoes.)*

ii. Uma indicação de como as parcerias previstas no âmbito do projeto são suscetíveis de reforçar a execução da ação e promover a obtenção dos resultados esperados.

1.4. Pertinência da ação (max. 2 páginas)

1.4.1. Pertinência em relação aos objetivos /setores /temas /prioridades específicas do convite á apresentação de propostas

Favor fornecer todas as informações seguintes:

i. Uma descrição da pertinência da ação em relação aos objetivos e prioridades do convite à apresentação de propostas, e a descrição detalhada e argumentada da relação do projeto com as alterações climáticas (adicionalidade);

1.4.2. Pertinência em relação ás necessidades e constrangimentos específicos do/dos países, região(ões) alvo(s) e/ou dos setores interessados (sinergia com outras iniciativas de desenvolvimento e falta de duplo emprego).

Favor fornecer **todas** as informações seguintes:

i. Uma explicação clara da situação anterior ao projeto no ou nos países, a ou as regiões e/ou alguns setores (incluído, na medida do possível, de uma análise de dados numéricos).

ii. Uma análise dos problemas a tratar e as suas inter-relações a todos os níveis;

iii. Uma referência a todo o projeto importante lançado a nível nacional, regional e/ou local em relação á ação e descrever a forma como se relacionará com ela ;

iv. <u>Se a ação for bem-sucedida numa ação anterior, uma indicação clara de como pretende desenvolver as atividades/resultados dessa ação anterior, mantendo simultaneamente o seu carácter inovador. Consultar as principais conclusões e recomendações de todas as avaliações realizadas.</u>

v. <u>Se a ação fizer parte de um programa mais vasto, descreva claramente como se enquadra/é coordenado com este programa ou qualquer outro projeto planeado. É favor especificar potenciais sinergias com outras iniciativas, em especial as da Comissão Europeia.</u>

vi. Explique a complementaridade com as outras iniciativas apoiadas pela UE, incluídos os programas país AMCC+/GCCA+ e os outros doadores (Estados membros e outros).

1.4.3. E favor descrever e definir os grupos alvos e os beneficiários finais, bem como as suas necessidades e constrangimentos e a maneira como a ação responderá a essas necessidades

É favor fornecer todas as informações seguintes, na forma de quadro cujo modelo figura abaixo (NB: acrescentar tantas linhas quantas forem necessárias) :

i. Uma descrição de cada um dos grupos alvos e dos beneficiários finais (quantificada, sempre que possível), incluídos os critérios de seleção ;

ii. Uma descrição das necessidades e constrangimentos (incluídos os constrangimentos em termos de capacidade) específicos a cada um desses grupos alvos e beneficiários finais;

iii. Uma demostração da pertinência da proposta em relação às necessidades e constrangimentos dos grupos alvos e beneficiários finais.

iv. Uma descrição de todo o processo participativo que garante a participação dos grupos alvos e beneficiários finais.

Grupo alvo	**Descrição das necessidades e constrangimentos específicos**	**Impacto previsto do projeto sobre o grupo-alvo**	**Modalidades de inclusão do grupo-alvo no projeto**

2 EXPERIÊNCIA DOS INTERVENIENTES

2.1. Experiência do requerente principal

É favor fornecer uma descrição detalhada das ações no mesmo setor e de uma dimensão equivalente à do projeto ao abrigo do qual é solicitada uma subvenção, realizada pela sua organização nos últimos três anos.

i) Para ações semelhantes

Queira apresentar uma descrição pormenorizada das ações no mesmo setor e de dimensão equivalente à do projeto para o qual uma subvenção é pedida, que foram realizadas pela sua organização nos últimos três anos.

- Estas ações devem pormenorizar tanto a realização técnica das atividades, como a gestão das vertentes administrativa e financeira, e ainda a administração dos sistemas de acompanhamento, avaliação e capitalização.
- Estas ações devem também salientar a experiência em matéria de coordenação do requerente principal numa ou mais ações passadas ou em curso. As ações concluídas devem, na medida do possível, ser objeto de um certificado de boa execução por parte do locador.
- Uma destas ações deve, no mínimo, demonstrar a experiência do requerente principal em matéria de implementação de um projeto em parceria com um ou mais atores de diferentes naturezas diferentes da sua.

1 página no máximo por ação, no limite de 3 ações.

Nome do requerente principal:					
Título do projeto:		**Setor:**			
Localização da ação	**Custo da ação (EUR)**	**Papel na ação: Coordenador, co-beneficiário, entidade afiliada**	**Doadores no âmbito da ação (nome)**[12]	**Contribuição (do doador)**	**Datas (de dd/mm/aaaaa a dd/mm/aaaaa)**
…	…	…	…	…	…
Objetivos e resultados da ação					

2.2. Experiência do(s) co requerente (s)

É favor fornecer uma descrição detalhada das ações no mesmo setor e de uma dimensão equivalente à do projeto para o qual é solicitada uma subvenção, realizadas pelo(s) co-requerente(s) nos últimos três anos.

No máximo 1 página por ação, até o máximo de 3 ações por co-requerente.

[12] Se o doador for a União Europeia ou um Estado-membro da UE, indicar a rubrica orçamental da União, do FED ou dos Estados-membros da União Europeia.

Nome do requerente principal:					
Título do projeto:		**Setor:**			
Localização da ação	**Custo da ação (EUR)**	**Papel na ação: coordenador, co-beneficiário, entidade filiada**	**Doadores no âmbito da ação (nome)**[13]	**Contribuição (do doador)**	**Datas (de dd/mm/aaaaaa a dd/mm/aaaaa)**
…	…	…	…	…	…
Objetivos e resultados da ação					

2.3. Experiência da(s) entidade(s) afiliada(s) (quando aplicável)

Queira apresentar uma descrição pormenorizada das ações no mesmo setor e de dimensão equivalente à do projeto para o qual uma subvenção é pedida, que foram realizadas pela sua organização nos últimos três anos.

No máximo 1 página por ação dentro do limite de 3 ações.

Nome da entidade afiliada:					
Título do projeto:		**Setor:**			
Localização da ação	**Custo da ação (EUR)**	**Papel na ação: coordenador, co-beneficiário, entidade filiada**	**Doadores no âmbito da ação (nome)**[14]	**Contribuição (do doador)**	**Datas (de dd/mm/aaaaaaa a dd/mm/aaaaa)**
…	…	…	…	…	…
Objetivos e resultados da ação					

[13] Se o doador for a União Europeia ou um Estado-membro da UE, indicar a rubrica orçamental da União, do FED ou dos Estados-membros da União Europeia.

[14] Se o doador for a União Europeia ou um Estado-membro da UE, indicar a rubrica orçamental da União, do FED ou dos Estados-membros da União Europeia.

3 LISTA DE VERIFICAÇÃO DO DOCUMENTO DE SINTESE

GCCA+AO-2020-APP02 - INOVAÇÕES PARA UMA AGRICULTURA FAMILIAR INTELIGENTE FACE ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS NA ÁFRICA OCIDENTAL GCCA+ AO

INFORMAÇÕES ADMINISTRATIVAS **Nome do requerente principal** **País e data de registo**[15] **Número de ficha de entidade jurídica**[16] **Estatuto jurídico**[17]	A preencher pelo requerente principal
Co-requerente[18] **Nome do(s) co-requerente(s)** **País e data de registo** **Número de ficha de entidade jurídica (se disponível)** **Estatuto jurídico**	
Entidades afiliadas[19] **Nome da entidade afiliada** **País e data de registo** **Estatuto jurídico:** **Especificar a entidade à qual está afiliado (o requerente principal e/ou co-requerentes).** **Especificar o tipo de afiliação que o vincula a esta entidade.**	

[15] Para as organizações.
[16] Se o requerente principal já tiver assinado um contrato com a Comissão Europeia.
[17] Por exemplo, organização governamental, sem fins lucrativos ou internacional.
[18] Acrescentar tantas linhas quantos os co-requerentes.
[19] Acrescentar tantas linhas quantos as entidades afiliadas.

ANTES DE ENVIAR A SUA NOTA SUCINTA DE APRESENTAÇÃO, CERTIFIQUE-SE DE QUE CADA UM DOS CRITÉRIOS ABAIXO É COMPLETAMENTE PREENCHIDO E, DEPOIS, ASSINALE-OS.	Assinale os elementos abaixo	
Designação da proposta:	**Sim**	**Não**
SEÇÃO 1 (ADMINISTRATIVA) **1. As instruções relativas ao documento de síntese foram aplicadas.**		
2. A declaração do requerente principal foi preenchida e assinada.		
3. A proposta foi elaborada em inglês, francês ou português.		
4. O e-mail enviado **especifica o número de referência e o título do convite de apresentação de propostas, o país abrangido pela ação, o lote, o nome completo e o endereço do requerente principal. O e-mail é, de facto, dirigido a app2.gccaplus.ao@expertisefrance.fr** **Lembrete**: **o e-mail deve ser enviado antes de 25/06/2020 às 23H59 (UTC)**		
SEÇÃO 2 (ELEGIBILIDADE) **6. O requerente principal é uma pessoa coletiva sem fins lucrativos.**		
7. O requerente principal pertence a uma das seguintes categorias: organização não governamental (incluindo organizações de agricultores e organizações da sociedade civil), coletividade territorial ou autoridade local.		
8. Os requerentes estão estabelecidos num Estado membro da CEDEAO, no Chade ou na Mauritânia ou num Estado membro da União Europeia.		
9. O requerente principal tem pelo menos um co-requerente de natureza diferente da sua.		
10. O requerente principal tem pelo menos uma experiência em matéria de coordenação de um projeto (incluindo nos domínios da gestão administrativa e financeira, acompanhamento e avaliação e capitalização) de dimensão semelhante e no mesmo setor.		
11. O requerente principal tem pelo menos uma experiência no domínio da implementação de um projeto em parceria com um interveniente elegível de natureza diferente daquela do requerente principal.		
12. A ação será apenas implementada num dos países elegíveis.		
13. A ação diz respeito a um único lote.		
14. A duração da ação é de 12 meses a 20 meses (os períodos mínimo e máximo autorizados).		
15. A contribuição solicitada é compreendida entre o mínimo e o máximo permitido.		
16. A percentagem mínima e máxima de cofinanciamento autorizada é respeitada.		
17. A dotação orçamental apresentada atribui uma quota mínima de 15% às atividades de capitalização e de divulgação dos resultados, incluindo o acompanhamento-avaliação.		
18. A lista de controlo e a declaração do requerente principal foram preenchidas e enviadas juntamente com o documento de síntese.		

4 DECLARAÇÃO DO REQUERENTE PRINCIPAL (DOCUMENTO DE SÍNTESE)

O requerente principal, representado pelo abaixo assinado na qualidade de signatário autorizado pelo requerente principal e, no contexto do presente pedido, em representação do(s) co-requerente(s) e entidade(s) afiliada(s) na ação proposta, declara o seguinte:

- o requerente principal dispõe das fontes de financiamento e das competências e qualificações profissionais mencionadas no ponto 2 das orientações destinadas aos requerentes;
- o requerente principal compromete-se a respeitar as obrigações estabelecidas na declaração das entidades afiliadas constante do formulário de pedido de subvenção e os princípios de boas práticas em matéria de parceria;
- o requerente principal é diretamente responsável pela preparação, gestão e implementação da ação, em colaboração com o(s) co-requerente(s) e a(s) entidade(s) afiliada(s), e não age enquanto intermediário;
- o requerente principal, o(s) co-requerente(s) e a(s) entidade(s) afiliada(s) não se encontram em nenhuma das situações que justifiquem a sua exclusão dos contratos enumerados no ponto 2.6.10.1 do guia prático (disponível na Internet no seguinte endereço: http://ec.europa.eu/europeaid/prag/document.do);
- Além disso, reconhecem e aceitam que o requerente principal, o(s) co-requerente(s) e as eventuais entidades afiliadas participantes, embora se encontrem em qualquer destas situações, podem ser excluídos de outros procedimentos em conformidade com os regulamentos financeiros em vigor;
- o requerente principal e cada co-requerente e entidade afiliada estão em condições de fornecer imediatamente, mediante pedido, os documentos comprovativos mencionados no ponto 2.4 das diretrizes destinadas aos requerentes;
- o requerente principal e cada co-requerente e entidade afiliada (se aplicável) são elegíveis segundo os critérios definidos nos pontos 2.1.1 e 2.1.2 das orientações destinadas aos requerentes;
- se for recomendado para a concessão de uma subvenção, o requerente principal, o co-requerente(s) e a(s) entidade(s) afiliada(s) aceitam as condições contratuais definidas no contrato-tipo anexo às orientações destinadas aos requerentes (anexo G) (ou no acordo de financiamento quando o requerente principal for uma organização na sequência de uma avaliação positiva dos seus pilares por parte da Comissão Europeia);

Entendemos que, se participarmos numa das situações previstas no ponto 2.6.10.1 do Guia Prático ou caso se verifique terem sido feitas falsas declarações ou prestadas falsas informações, podemos vir a ser excluídos do presente processo e estar sujeitos a sanções administrativas sob a forma de exclusão e de sanções financeiras no limite de 10% do valor total estimado da subvenção concedida e que esta informação poderá ser publicada no sítio Internet da Comissão em conformidade com a regulamentação financeira em vigor. Estamos conscientes que, a fim de assegurar a proteção dos interesses financeiros da União Europeia, os nossos dados pessoais podem ser comunicados aos serviços de auditoria interna, ao sistema de deteção e alerta precoce, ao Tribunal de Contas Europeu, à instância especializada em matéria de irregularidades financeiras ou ao Organismo Europeu de Luta Antifraude.

Assinado em nome do requerente principal

Nome completo	
Assinatura	
Função	
Data	

5 GRADE DE AVALIAÇÃO PARA O DOCUMENTO DE SÍNTESE

(APENAS PARA UTILIZAÇÃO DA ENTIDADE ADJUDICANTE)

	SIM	**NÃO**
1 O prazo foi respeitado.		
2. O documento de síntese satisfaz todos os critérios estabelecidos na lista de verificação.		
A conformidade administrativa foi verificada por: Data:		
<u>DECISÃO 1:</u> O comité decidiu avaliar a nota sucinta de apresentação, que satisfez aos controlos administrativos.		
A nota sucinta de apresentação foi avaliada por: Data:		
<u>DECISÃO 2:</u> A comissão decidiu recomendar a avaliação do pedido completo.		

DECLARAÇÃO DE HONRA RELATIVA AOS CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO E À AUSÊNCIA DE CONFLITO DE INTERESSES

(Preencher ou suprimir as partes a cinzento em itálico entre parênteses)
[Escolha uma opção para as partes a cinzento entre parênteses quadrados]

Relativo ao pedido de subvenção referenciado GCCA+AO-2020-APP02

[O][A] abaixo assinado[a] (nome da pessoa signatária do presente formulário):

- ❑ que atue em nome próprio (*no caso de uma pessoa singular*)

  ou

- ❑ que atue na qualidade de representante da seguinte pessoa coletiva: *(apenas se o operador económico for uma pessoa coletiva)*

  designação oficial completa:

  forma jurídica oficial:

  endereço oficial completo:

  n° de registo para efeitos de IVA:

- ➢ declara [que a referida pessoa coletiva][que ele][que ela] não se encontra na situação referida nos artigos 45 e 48 da Portaria 2015-899 de 23 de julho de 2015 e, em especial, numa situação em que [ele][ela]:

a) se encontre em situação ou seja objeto de falência, de liquidação, de qualquer outro meio preventivo de liquidação de patrimónios, de cessação de atividade, ou se encontre em qualquer situação análoga resultante de um processo da mesma natureza nos termos da legislação e regulamentação nacionais;

b) tenha sido objeto de uma condenação por sentença transitada em julgado proferida por uma autoridade competente de um Estado-membro, com força de caso julgado, por qualquer delito que ofenda a sua idoneidade profissional;

c) tenha cometido uma falta grave em matéria profissional, comprovada por qualquer meio que as entidades adjudicantes possam apresentar, incluindo através de uma decisão do Banco Europeu de Investimento ou de uma organização internacional;

d) não tenha respeitado as suas obrigações relativamente ao pagamento das contribuições para a segurança social ou as suas obrigações relativamente ao pagamento de impostos de acordo com as disposições legais do país em que [ele][ela] se encontra estabelecido[a], do país da entidade adjudicante ou ainda do país em que deva ser executado o contrato;

e) tenha sido condenado por sentença transitada em julgado por fraude, corrupção, participação numa organização criminosa, branqueamento de capitais ou qualquer outra atividade ilegal, quando tal atividade ilegal afete os interesses financeiros da União ou de qualquer Estado-membro;

f) está sujeita a uma sanção administrativa por ter prestado falsas declarações ao fornecer as informações exigidas pela entidade adjudicante para a sua participação num procedimento de adjudicação de um contrato de subvenção ou de outro tipo, por não ter fornecido essas informações ou por ter sido declarado[a] em situação grave de incumprimento das suas

obrigações decorrentes de contratos ou de subvenções financiados pelo orçamento da União ou de qualquer Estado-membro.

- *(Apenas para as pessoas coletivas diferentes dos Estados-membros e das autoridades locais. Se não for o caso, suprimir a referência)* declara que as pessoas singulares com poderes de representação, decisão ou controlo[20] sobre a referida entidade jurídica não se encontram na situação prevista nos pontos b) ou e) supra;
- declara [que a referida pessoa coletiva]:

g) não se encontre em situação de conflito de interesses relativamente ao mercado. Um conflito de interesses pode resultar, nomeadamente, de interesses económicos, afinidades políticas ou nacionais, laços familiares ou sentimentais ou qualquer outro tipo de relações ou interesses comuns;

h) comunicará imediatamente à entidade adjudicante qualquer situação que constitua um conflito de interesses ou seja suscetível de conduzir a um conflito de interesses;

i) não consentiu, procurou, tentou obter ou aceitou, e compromete-se a não consentir, procurar, tentar obter ou aceitar benefícios, financeiros ou em espécie, em benefício ou por conta de qualquer pessoa, sempre que esses benefícios constituam uma prática ilegal ou impliquem, direta ou indiretamente, atos de corrupção, na medida em que se trate de uma gratificação ou recompensa relacionada com a adjudicação do contrato;

j) tenha fornecido à entidade adjudicante informações exatas, sinceras e completas no quadro do presente procedimento de adjudicação de contratos;

- reconhece que [a pessoa coletiva supracitada] [que ele][que ela] pode ser sujeito[a] a sanções administrativas e financeiras se for determinado que falsas declarações foram feitas ou informações falsas foram fornecidas.

Em caso de adjudicação do contrato, devem ser fornecidas as seguintes informações, a pedido e no prazo fixado pela entidade adjudicante:

Nos casos previstos nos pontos a), b) e e) é exigida a apresentação de um certificado recente do registo criminal ou, na sua falta, de um documento equivalente emitido recentemente por uma autoridade judiciária ou administrativa do país de origem ou de proveniência, do qual conste que aqueles requisitos estão satisfeitos. Se o proponente for uma pessoa coletiva e a legislação nacional do país em que se encontra estabelecido não previr a disponibilização de tais documentos comprovativos às pessoas coletivas, estes são requeridos para pessoas singulares, tais como os chefes de empresa ou qualquer pessoa com poderes de representação, decisão ou controlo do proponente.

No caso referido no ponto d) supra, são exigidos certificados ou cartas recentes, emitidos pelas autoridades competentes do Estado em questão. Estes documentos devem fornecer provas abrangendo a totalidade dos impostos e das contribuições para a segurança social que incumbam ao proponente, incluindo, nomeadamente, o IVA, o imposto sobre rendimento (unicamente as pessoas singulares), o imposto sobre as sociedades (unicamente as pessoas coletivas) e os encargos sociais.

Relativamente às situações descritas nos pontos a), b), d) e e), quando um documento referido nos dois parágrafos anteriores não for emitido no país em questão, pode ser substituído por uma declaração sob juramento ou, na sua falta, por uma declaração solene feita pelo interessado perante uma autoridade judicial ou administrativa, um notário ou um organismo profissional qualificado do país de origem ou de proveniência.

[20] Incluem-se os chefes de empresa, os membros dos órgãos de direção ou de fiscalização e as pessoas singulares que detêm, a título individual, a maioria das participações.

Se o proponente for uma pessoa coletiva, as informações relativas às pessoas singulares com poderes de representação, decisão ou controlo sobre essa pessoa coletiva só devem ser fornecidas a pedido da entidade adjudicante.

Apelido, Nome	Data	Assinatura

SEÇÃO B. FORMULÁRIO DE PEDIDO COMPLETO[21]

A preencher apenas pelos requerentes que recebem um convite à apresentação de um pedido completo (aquando do convite)

A fim de reduzir as despesas e os resíduos, aconselhamos vivamente a não utilizar pastas ou separadores de plástico. Queira utilizar também a impressão frente e verso, se possível.

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Referência do convite à apresentação de propostas	GCCA+AO-2020-APP02
Título do convite à apresentação de propostas	Inovações para uma agricultura familiar inteligente face às alterações climáticas na África Ocidental GCCA+ África Ocidental (AGAC + AO)
Nome do requerente principal	ONG Tiniguena *''Esta Terra é Nossa''*
Número da proposta[22]	*ND*
Designação da ação	"Tiban ankaterô". Integração de aspetos culturais, agroecológicos, territoriais e climáticos para uma agricultura familiar resiliente ao clima nas ilhas de Urok. Guiné-Bissau.
Localização da ação	Guiné-Bissau, Arquipélago dos Bijagós, Área Protegida das Ilhas Urok (ilhas de Formosa, Nago e Chediã)
Duração da ação	20 meses
Lote	☒ Lote 1 - EXPLORAÇÕES

[21] O pedido completo compreende o formulário de pedido completo, o orçamento (anexo B) e o quadro lógico (anexo C).

[22] Unicamente para os concursos limitados; quando a entidade adjudicante tiver avaliado a nota sucinta, o requerente principal é informado da decisão e receberá um número de proposta.

2 A AÇÃO[23]

2.1. Descrição da ação

2.1.1. Descrição (13 páginas no máximo)

A Guiné-Bissau, é um país costeiro da Africa de Oeste, tem uma superfície de 36.125 Km^2, limitado ao Norte pelo Senegal, ao Sul e a Este pela Guiné e a Oeste pelo oceano Atlântico. Tem nove regiões, das quais temos a região de Bolama-Bijagós onde se situa o arquipélago dos Bijagós composta de 88 ilhas que representam 20% do território nacional. É considerada como um dos países mais vulneráveis do mundo às consequências das mudanças climáticas (10º segundo o IPCC). As projeções climáticas no horizonte 2100 para a Guiné-Bissau mostram uma diminuição da pluviometria de 11,7% e um aumento de temperaturas de 2%. Segundo os modelos de projeção climáticas e comunicações nacionais da Guiné-Bissau sobre as mudanças climáticas, as precipitações apresentam mais incertezas em termos de projeção. No entanto, é notório que os principais impactos da mudança climática no sector agrícola são uma variabilidade acrescida das precipitações em termos de volume, de intensidade e de repartição temporal. Além do aumento das temperaturas médias.

A necessidade de promoção da gestão sustentável dos recursos naturais, levou à criação em 2001 da Área Marinha Protegida de Gestão Comunitária (AMPC) de Urok, e à institucionalização de uma estrutura de governação e gestão participativa onde têm assento os representantes da população e parceiros de desenvolvimento. Este processo de gestão comunitária das Ilhas Urok, deve necessariamente aliar a conservação dos recursos naturais com o desenvolvimento e melhoria das condições de vida da população residente, sendo este um pressuposto fundamental para o desenvolvimento sustentável da região e do espaço Urok, faz com que a gestão territorial, a biodiversidade, e agricultura de base agroecológica, sejam, assim, os pilares sobre os quais deve assentar a estratégia em Urok, particularmente, no momento atual, onde os valores ambientais e naturais estão cada vez mais ameaçados, pela pressão crescente resultante das necessidades alimentares e económicas das populações locais.

O termo Agricultura Inteligente ao Clima (CSA) foi criado por FAO em 2010. Segundo FAO a CSA tem três objetivos principais: aumento sustentável da produtividade e do rendimento agrícola, adaptação e resistência às alterações climáticas e à redução e/ou absorção de gases com efeito de estufa (FAO 2020). Neste sentido é desenvolvida a presente proposta, a qual tem como objetivo desenvolver um sistema de previsão climática que traga aos agricultores uma informação climática atualizada e útil para melhorar a sua capacidade na tomada de decisões e adaptar as culturas às mudanças climáticas. Mas também, implementar técnicas sustentáveis de agricultura sempre tendo em conta o clima e a mitigação dos efeitos negativos das mudanças climáticas, através da conservação e proteção do solo, da adaptação dos sistemas de cultivo tradicionais, do manejo eficiente da água, com a instalação de sistemas de rega eficientes e sua gestão nos perímetros, e das técnicas agroecológicas que aumentam a produtividade e do rendimento económico agrícola. Sendo a conservação dos espaços naturais florestais, igualmente importantes para a captação e retenção das emissões de carbono, proposta visa a gestão territorial, através do ordenamento do espaço terrestre, da criação de sistemas agroflorestais e da reconversão das áreas de monocultivo de caju, para sistemas mais diversificados que contribuam para uma utilização eficiente do espaço, e incremente o rendimento anual dos agricultores. Todas estas iniciativas de integração sustentável da atividade agricultura nos espaços naturais, também enquadram-se nos objetivos do plano de gestão da AMPC Urok em vigor até 2024.

A agricultura é um setor que está intimamente ligado à variabilidade climática. Da mesma forma, esta dependência das condições climáticas faz com que o setor agrícola também apresente uma alta sensibilidade aos extremos climáticos como secas ou ondas de calor (ie Wilhelmi e Wilheit, 2002; Wreford e Adger, 2010; Silva e Lucio, 2014). Vogel et al. (2019) analisaram os impactos de diferentes extremos climáticos nas fases de crescimento das culturas de milho, soja, arroz e trigo e observaram que estes podem explicar entre 18% e 43% de suas anomalias de produtividade em escala global.

As secas, em particular, podem causar perdas significativas de safras e comprometer a segurança alimentar das comunidades com dificuldades de adaptação ou mitigação de seu impacto, como é o caso em muitos países do continente africano. Nesse sentido, a África Ocidental enfrenta altos riscos no setor agrícola devido à sua alta exposição e vulnerabilidade tanto à variabilidade climática quanto às mudanças climáticas. Já em 2019, um estudo identificou que desde 2015 o continente havia sofrido 21 secas que afetaram cerca de 50 milhões de pessoas. A gravidade desses impactos pode até reverter o progresso feito na luta para reduzir a pobreza.

Para melhorar a capacidade de adaptação e mitigação na África Ocidental (Sultan et al., 2020), esta ação propõe treinar (Harvey et al., 2019) o Instituto Nacional de Meteorologia da Guiné-Bissau (INM-GB) para o

[23] O comité de avaliação fará referência às informações fornecidas na nota sucinta de apresentação no que respeita aos objetivos e à relevância da ação.

desenvolvimento de um serviço climático baseado em previsões climáticas sazonais no arquipélago das Ilhas Bijagós. Ao contrário das projeções climáticas que fornecem informações sobre tendências de longo prazo, as previsões climáticas sazonais (ou seja, Doblas-Reyes et al., 2013) relatam a variabilidade climática interanual, que afeta períodos-chave na atividade agrícola a cada ano como semeadura, colheita ou manejo contínuo da cultura (Ray et al. 2015). As informações climáticas fornecidas nesta escala de tempo de um a seis meses no futuro são essenciais para adaptar a agricultura à variabilidade climática futura e eventos extremos. O cultivo de arroz e castanha de caju são a base do sistema de produção da Guiné-Bissau e, portanto, entender como eles podem ser afetados por esta variabilidade climática é um passo necessário para informar uma gestão da cultura que não é apenas sustentável, mas também resiliente às mudanças climáticas. O alcance deste objetivo está alinhado com o ideal de 'autossuficiência coletiva' perseguido pela CEDEAO, sendo esta uma das principais linhas da VISÃO 2020.
O plano de pesquisa apresentado a seguir tem como objetivo preparar e acompanhar o INM-GB no processo de coprodução de um serviço de clima, levando em consideração as necessidades dos beneficiários finais, a base científica das previsões sazonais e a prestação do serviço (Vaughan et al., 2013; Vogel et al. 2019). O objetivo é capacitar o INM-GB para que possa efetivamente gerar uma cadeia de valor vinculada aos serviços climáticos. Em particular, as atividades propostas conectam a pesquisa científica com as necessidades do usuário para facilitar a tomada de decisão, antecipar situações de risco e minimizar seus impactos, de acordo com as diretrizes estabelecidas no Quadro Global para Serviços Climáticos (Hewitt e Walland 2012 ; GFCS, 2016).
Esta informação climática é fundamental para o desenvolvimento de uma Agricultura Inteligente ao Clima e uma conservação ambiental, verdadeiramente adaptada e resiliente às alterações climáticas.

Os **beneficiários** diretos do projecto, nas várias componentes de intervenção são: i) As mulheres horticultoras (223 mulheres) que além da horticultura trabalham ainda nas bolanhas de basfond e no planalto, na maioria das tarefas durante um ciclo produtivo; ii)os jovens agricultores das 3 ilhas de Urok (30 jovens) que têm procurado desenvolver a fruticultura; iii)os membros do Comité de Gestão Urok e jovens das escolas que serão capacitados para recolha de informação cartográfica no terreno (10 agentes). O projeto promovendo o ordenamento territorial, a disseminação das boas práticas de agricultura agroecológica e o acesso à informação meteorológica para todo o espaço Urok, irá beneficiar a população e todos os agricultores das três ilhas da AMPC Urok (332 familias).

Co-criar um serviço climático do zero é um processo lento, pois uma cadeia de valor robusta deve ser construída conectando os principais atores e instituições, desde a produção dos dados climáticos iniciais até o seu uso pelos agricultores. Neste projeto, o principal beneficiário da Atividade 3 serão os agricultores da AMPC Urok e do arquipélago dos Bijagós que usufruirão de um serviço agroclimático e o Instituto Nacional de Meteorologia da Guiné-Bissau que será capacitado a prestar este serviço. Treinar sua equipe é fundamental para que ela possa ter acesso a informação aberta e gratuita disponível no Serviço de Mudanças Climáticas Copernicus (C3S) e trazê-la transformada e adaptada à sua comunidade de referência. Além disso, este projeto é uma oportunidade para caracterizar como os agricultores do arquipélago das Ilhas Bijagós (particularmente na Ilha Formosa, Nago e Maio) são afetados pela variabilidade climática, que são, em última instância, os futuros beneficiários do estabelecimento de um serviço climático para a região.
A proposta de ordenamento do espaço terrestre das 3 ilhas (Formosa, Nago e Chediã) irá consolidar as regras de gestão sustentável dos recursos e espaços e, com isso, beneficiar as comunidades das 3 ilhas (± 3000 habitantes) e de forma indireta, todos os utilizadores externos dos recursos da biodiversidade de Urok.

Outro beneficiário desta ação serão os técnicos da Área Protegida de Urok, na qualidade de destinatários das formações, decisores em relação ao zoneamento, e implementadores do zoneamento e das medidas de gestão.A comunidade, em geral, da área protegida e todos os utilizadores dos recursos florestais do complexo de Urok serão beneficiados. O ordenamento e as novas regras de gestão terrestre, reforçarão as medidas de uso do solo e de gestão integrada do território com as novas regras de ocupação e extração dos recursos. Estas medidas contribuirão a médio, longo prazo para melhorar resiliência climática dos ecossistemas e, consequentemente, a sustentabilidade económica e sociocultural das comunidades. Além dos benefícios das práticas agroecológicas desenvolvidas na área, que contribuiram à mitigação das mudanças climáticas, à proteção do meio ambiente do que dependen e à melhora da produção.
O grande desafio da área protegida de Urok para os próximos anos é a consolidação do processo de gestão dos recursos iniciado há 15 anos. Isso passa pela mudança no modo de exploração dos recursos florestais e da floresta para fazer agricultura, à luz dos novos desafios impostos pelas alterações climáticas. Esta transição pressupõe novos conhecimentos das técnicas de agricultura, capacitação dos agricultores e ordenamento dos territórios tradicionais das tabancas (aldeias). É neste quadro que o projeto pretende intervir, como resposta às novas necessidades de adaptação e resiliência climática. Através do fomento das práticas de cultivo agroecológico, disponibilização da informação meteorológica útil a tempo de o agricultor poder decidir sobre a planificação e calendário de cultivo e, de uma proposta de organização dos territórios das tabancas para que seja possível a coabitação entre os espaços naturais (floresta, savanas, zonas húmidas) e os espaços de produção agrícola.

Quanto as principais partes intervenientes, a Tiniguena trabalha há mais de 20 anos nas ilhas Urok, em parceria com comunidades destas ilhas, as autoridades administrativas locais e o Instituto da biodiversidade e Áreas protegidas (IBAP). Juntos formam a estrutura de gestão designada pelo Comité de Gestão Urok (CGU). Desde do início da sua intervenção nesta zona, tem promovido o desenvolvimento local participativo assente na gestão sustentável dos seus recursos costeiros e terrestres e no desenvolvimento de sistemas produtivos de agricultura familiar baseado técnicas agroecológicas. O principal enfoque é a perenizarão dos recursos estratégicos para a comunidade tendo em conta a luta contra as alterações climáticas.
Bosque y Comunidad, o co requerente, nasceu em 1992 vinculado ao Departamento de Engenharia Florestal da Universidade de Córdoba com a objetivo de promover o desenvolvimento humano sustentável nas comunidades rurais, principalmente nos países do sul através a gestão sustentável e participativa dos recursos naturais. Bosque y Comunidad, tem uma longa experiência na Guiné-Bissau no reforço institucional nos aspetos técnicos ligados à cartografia e gestão participativa de recursos florestais. Estão presentes no território nacional há mais de 10 anos, assistindo tecnicamente à Direção geral das Florestas e Fauna. A equipa do Bosque y Comunidad tem uma presença na Guiné-Bissau quase ininterrupta de 8 anos, dois projetos já executados e financiados pela AACID (chamadas 2011 e 2014), mais três projetos em execução, dois financiados pela AACID (convocatórias 2016 e 2017) aos quais deve ser adicionado um financiado pelo Conselho Provincial de Córdoba (Convite 2017). Concretamente os projetos foram os seguintes: “Construção do Centro de Formação em Ciências Agroflorestais e Ambientais do Bissau Guiné-Bissau”, processo CO72 / 2011. Esta ação teve continuidade com o projeto “Implementação de um sistema eficaz de gestão e controle dos recursos florestais na região de Oio”, (OC210 / 2014), e das intervenções também financiadas pela AACID “Fortalecimento do sistema de gestão e controle dos recursos florestais e promoção do repovoamento para o sustentabilidade ambiental e Guiné-Bissau, Fase II OC231 / 2016” e “Melhoria da sustentabilidade ambiental e desenvolvimento socioeconômico por meio do fortalecimento das capacidades de instituições governamentais, produtores florestais e população rural da Região de Oio”, OC045 / 2017, estando os dois últimos em execução simultaneamente com uma intervenção financiada pela Diputación de Córdoba intitulada “Melhoria da produção do viveiro nacional de Embunhe, Região de Oio. A Guiné-Bissau” - todos focados na melhoria das capacidades das instituições governamentais e da sociedade civil para melhorar as capacidades produtivas, gestão e fiscalização dos recursos naturais com foco na sustentabilidade ambiental e equidade de gênero. Em resumo, o histórico de ações do Bosque y Comunidad promove provadamente a sustentabilidade ambiental e o combate às mudanças climáticas, a gestão participativa dos recursos e o uso sustentável com perspetiva de gênero por meio da capacitação de comunidades rurais, comités de gestão e instituições públicas com perspetiva de gênero.

O co-requerente, BSC-CNS, dispõe de pessoal e experiência para realizar a actividade 3. O especialista em ciências sociais que participará no projecto tem vasta experiência na concepção, coordenação e execução de processos participativos e cocriação de serviços condições climáticas, incluindo desde as primeiras fases prospectivas, realização de entrevistas ou treinamento de pessoal de apoio para realizar tais entrevistas. A sua formação e experiência anterior de investigação em ciências sociais conferem-lhe sólidas capacidades de análise, através de software específico, da informação recolhida nas entrevistas, bem como o conhecimento e implementação de metodologias para compreender o posicionamento e as relações entre os diferentes partes interessadas no projeto, como seu trabalho mais recente em comunidades locais de gestão de desastres no Nepal e no Quênia (Bojovic e Giupponi, 2019). Ele tem experiência anterior relevante para o projeto, como a avaliação de desempenho do sistema de visualização e monitoramento regional da NASA / USAID (SERVIR), um programa que implementa dados de observação da Terra para a tomada de decisões ambientais e resposta a desastres no África Oriental, entre outras regiões. Em particular, ele desenvolveu uma abordagem metodológica que examinou o papel dessas novas tecnologias nos processos de tomada de decisão no Quênia, Ruanda e Zâmbia. Organizou e facilitou grupos de foco e entrevistas com diversos grupos de partes interessadas, desde formuladores de políticas locais, legisladores e acadêmicos, a pescadores e agricultores locais na África Oriental. Atualmente é a Investigadora Principal do BSC-CNS no projeto FOCUS-África e nos próximos quatro anos será responsável pelo desenvolvimento e cocriação de serviços climáticos para a segurança alimentar em três estudos de caso em Moçambique, Malawi e Tanzânia. Isso inclui a organização de atividades com várias partes interessadas, como agricultores locais e associações de agricultores no Malawi e em Moçambique, ou interagir com a Agência Meteorológica da Tanzânia (TMA) e o Instituto de Pesquisa Agrícola da Tanzânia.

O Instituto Nacional de Meteorologia da Guine-Bissau e reconhecida como entidade associada em este projeto. A direção do Instituto de Meteorologia da Guiné- Bissau (INM-GB) possui quadros técnicos disponíveis e dispostos a se implicarem ativamente nesta parceria e forneceram os serviços solicitados, para serem recetores da formação técnica do BSC e para continuar co roteiro de previsão climática desenhada pelo BSC na medida das possibilidades de esta instituição. Contudo, tal como a maioria das instituições do estado, as debilidades internas institucionais não permitem garantir a continuidade da prestação dos serviços agroclimáticos pós-projeto.

A AMPC Urok tem uma estrutura de gestão participativa que gere os recursos e espaços de Urok. Alem da ONG Tiniguena e dos actores estatais (o Comité de Sectorial e o IBAP -Instituto da Biodiversidade e Áreas Protegidas),

é ainda composta por 13 membros, representantes das comunidades das 3 ilhas. Esta representação local é responsável pela supervisão das regras de gestão, e exploração dos recursos em vigor. Tem uma ampla experiência de animação comunitária participativa e da fiscalização das regras da parte marítima, onde participa ativamente. Com a pressão crescente da exploração da parte terrestre, tem vindo a desenvolver capacidades de seguimento e sensibilização comunitária neste espaço, contudo carece de reforço de capacidades nos processos de agricultura inteligente e de gestão território terrestre que o projeto procurará transmitir ao longo da implementação da acções e em sessões de capacidades implicando os seus membros em todas as fases.

A presente acção localiza-se nas ilhas Urok, um complexo formado por três (3) ilhas (Formosa, Nago e Chediã), situadas no sector Norte do arquipélago dos Bijagós, com estatuto de Área Marinha Protegida Comunitária (AMPC). O processo de gestão e governação participativa dos recursos e espaços da AMPC das ilhas Urok é o maior desafio das populações locais e das organizações, como a ONG Tiniguena e o Instituto da Biodiversidade e Áreas Protegidas da Guiné-Bissau (IBAP).

No quadro do documento do Plano de Acção Nacional para as Mudanças Climáticas (PANA), são apresentadas algumas acções prioritárias para a proteção e salvaguarda dos recursos florestais na região de Bolama-Bijagós e na zona costeira. Uma, é a necessidade de restauração das zonas florestais degradadas e mudanças de práticas da agricultura tradicional. Está a ser implementado desde 2016 sob a tutela do Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP), um projeto EU-GCCA+ com o título "Áreas Protegidas e Resiliência às Mudanças Climáticas ", cujo término será 2021. Nesta proposta existe uma componente para a prevenção e contenção da desflorestação dentro das áreas protegidas, que certamente será uma experiência a valorizar no projeto que se pretende para a Área Protegida das ilhas Urok.

O processo de gestão apoiado por Tiniguena dos recursos naturais em curso na AMPC de Urok, já foi internacionalmente reconhecido, e distinguido na edição de 2019 do Premio Equador da ONU, como um bom exemplo de processos locais de governação e gestão dos recursos naturais fundadas em soluções baseadas na natureza.

A lógica de intervenção da proposta vem reforçar e complementar as intervenções anteriores, e todas as lições apreendidas do processo em Urok serão respeitadas e capitalizadas durante toda a fase de implementação desta proposta que aporta contribuições essenciais para a resolução dos problemas ambientais verificados no espaço terrestre, provocados pelas más práticas de cultivo itinerante, ainda muito assente na desmatação e queimadas, e, pelas ameaças resultantes da expansão do monocultivo do caju. Estes dois factores são as principais causas que põe em risco a existência e biodiversidade e da floresta, alem criar mais insegurança alimentar às famílias.

É neste quadro actual, que o projeto propõe alternativas técnicas para adaptação e resiliência climática dos sistemas agrícolas tradicionais, assentes nas boas práticas agroecológicas e na integração entre os territórios agrícolas e florestais como estratégia de redução quebra da produção e dos rendimentos provenientes da agricultura. Outro elemento inovador desta proposta é a sustentação e reforço das acções de boas práticas agrícolas, com informações agroclimáticas. Neste projeto será definido um roteiro sobre como produzir estas informações de forma a chegarem ao agricultor numa linguagem facilmente percetível, e a tempo de lhe permitir tomar decisões de planificação do seu calendário e tarefas agrícolas.

As iniciativas delineadas são enquadradas por uma **estratégia** que define como elementos essenciais de transmissão e disseminação do itinerário tecnológico: o reforço de capacidades através de acções de formação baseadas na interação na ação da aprendizagem teórica e experimental; o intercambio de conhecimentos e experiências entre agricultores; seguimento e a assistência técnica em todas as fases do projeto pela equipa da Tiniguena; utilização dos médias e material didático próprio para informação e sensibilização que conta com recursos humanos com um solido conhecimento técnico nos domínios de agricultura e agroecologia, e gestão das áreas protegidas. Ainda, têm um conhecimento profundo do espaço de intervenção do projeto e, uma larga experiência de animação rural e comunitária.

A equipa será constituída: - por um coordenador/assistente técnico, um agrónomo responsável pelo reforço de capacidades e seguimento, e dois animadores de agricultura e um animador sociocomunitário mais um assistente contabilista e um logista. Dada a insularidade da zona intervenção do projeto, a deslocações entre ilhas é possível por via marítima. Para isso a Tiniguena possui uma embarcação motorizada que assegurará as ligações entre ilhas e destas para Bissau, sempre que seja necessário deslocar missões de em serviço do projeto. Esse apoio está assegurado por uma equipa dois marinheiros. Além da equipa, o projeto conta ainda com o apoio da estrutura do Comité de Gestão Urok (CGU), órgão executivo de gestão da AMPC cujo representantes das comunidades, habituados a participarem de forma activa na implementação e supervisão de todas as actividades da área protegida, estarão envolvidos na execução e acompanhamento das acções. Ao nível dos beneficiários, as mulheres horticultoras das três ilhas, na sua maioria, trabalham organizadas em pequenos agrupamentos de 15 a 35 membros por cada campo coletivo. De igual modo, os agricultores de arroz de basfond (bolanhas). No planalto, embora se trabalhe de forma mais individual e dispersa, a Tiniguena nos últimos anos tem reunido e

trabalhado com um grupo de interesse de 25 jovens agricultores na melhoria suas práticas agrícolas e diversificação da produção. Todos estes recursos serão os principais beneficiários das actividades facto que assegura maior dinâmica no arranque e uma ampla participação e representatividade dos actores e grupos-alvos.

Relativamente à gestão territorial, este é um processo que está em linha com o da criação das regras e zonagem da parte marítima em Urok, e que nos últimos anos nas várias assembleias gerais e reuniões do conselho de gestão, tem sido recomendado pelas comunidades como o procedimento em falta para reforçar a gestão dos recursos e espaços da AMPC. Por conseguinte, já existem expectativas das comunidades nas tabancas quanto à sua materialização e, a exemplo dos processos semelhantes, será participativo em todas as fases até à validação da proposta final nas tabancas, e ao nível da Assembleia-geral das três ilhas do complexo de Urok. A proposta é consciente de que a mudança comportamental necessária a transição para uma agricultura sustentável e uma melhor gestão territorial requer tempo e pedagogia. No entanto, os elementos da estratégia, fundamentais para alcançar os resultados esperados a médio prazo, no que se refere à adopção progressiva de novas práticas, dão garantias do caminho a percorrer para alcançar a resiliência e adaptação dos agricultores, assim como, dos sistemas culturais familiares aos efeitos das mudanças climáticas.

Os pressupostos fundamentais para a implementação do projecto são a continuação da estabilidade política, bem como a participação activa da comunidade nas acções a implementar. O bom relacionamento entre parceiros e organizações associadas bem como a constituição de uma equipa forte e coesa, capaz de se adaptar a condições de insularidade e limitações de deslocações nas ilhas. Criar sinergias entre elas, é igualmente um factor decisivo para executar este projecto e atingir os Objectivos definidos.

Outras premissas importantes para o projeto é facto da sua zona de intervenção ser uma área protegida com uma zonagem e um plano de gestão oficial dos espaços costeiros e marítimos. Mas também, a importância cultural e económica das florestas para os bijagós, e experiências anteriores de capacitação nas boas práticas agrícolas com as mulheres. Tudo são factores que podem facilitar as negociações duma proposta do ordenamento da parte terrestre, facilitar a aprovação e adopção da gestão da parte terrestre e, dinamizar as acções no âmbito das de novas práticas agrícolas e implantação de agrossistemas mais ecológicos no planalto.

Os riscos associados a este projeto são: - O facto de na agricultura os processos de mudança requerem muito tempo, tendo a proposta um período de duração relativamente curto, as acções lançaram as bases iniciais para a mudança mas, a consolidação das práticas e os impactos esperados só serão verificados muito além deste período de vida do projeto.

A direção do Instituto de Meteorologia da Guiné- Bissau (INM-GB) possui quadros técnicos disponíveis e dispostos a se implicarem ativamente nesta parceria e forneceram os serviços solicitados. Contudo, tal como a maioria das instituições do estado, as debilidades internas institucionais não permitem garantir a continuidade da prestação dos serviços agroclimáticos pós-projeto.

O projecto pretende contribuir para a boa gestão e desenvolvimento integrado, sustentável de Urok, e para isso actuará de forma a lançar as bases que reforcem as comunidades locais a enfrentar os desafios das alterações climáticas e garantir a segurança alimentar e económica, garantindo a sustentabilidade ambiental. Estes factores são decisivos para a melhoria das condições de vida da população e para a conservação da AMPC.

A riqueza natural desta área protegida não poderá fazer esquecer as condições de vida das populações e em particular das mulheres e dos mais jovens, e que são precisamente estas comunidades que devem beneficiar desta riqueza e ao mesmo tempo garantir a sustentabilidade futura dos sistemas naturais da qual depende toda a comunidade.

O projecto, ao actuar nos dois campos, de conservação dos ecossistemas e desenvolvimento da agricultura familiar, reforçando a sua resiliência para enfrentar as alterações climáticas, pretende **contribuir para desenvolver um modelo de gestão dos ecossistemas terrestres** capaz de melhorar, a medio e longo prazo, os rendimentos dos agricultores e das comunidades destas ilhas. Mas também, **garantir a perenidade dos espaços florestais** e, **criar um exemplo de gestão sustentável** que possa ser replicado noutras áreas protegidas do país e da sub-região.

O projeto fixa **3 objetivos específicos**:

- **OE1**: Implementar soluções técnicas inovadoras para melhorar o desempenho dos agricultores e fortalecer a resiliência climática da agricultura familiar em Urok
- **OE2:** Controlar a expansão dos sistemas agrícolas tradicionais de planalto, através de uma proposta de ordenamento participativo dos espaços terrestres e estancando a desmatação.
- **OE3:** Implementar um sistema de previsão climática para a tomada de decisão sazonal de cultivo de culturas anuais e perenes.

Para atingir estes objetivos, foi definida a seguinte estrutura de resultados esperados e atividades:

R1. Agricultores/as de Urok adotam técnicas e sistemas de produção mais adaptadas às mudanças climáticas, nos seus processos produtivos

As atividades agrícolas do projeto introduzem novas propostas para redesenhar os agrossistemas tradicionais e novos conhecimentos sobre as práticas e fundamentos da agricultura agroecológica que permitem alavancar as bases dos sistemas tradicionais de produção familiar, contribuindo para encontrar soluções capazes de assegurar o incremento das produções e garantir a existência e o estado de saúde das florestas naturais nas ilhas. Sabendo que estes espaços são igualmente importantes para a segurança alimentar, económica e cultural das comunidades bijagós.

A0. Criação de uma linha de base.
Criara-se uma linha de base para obter as referências de partida da produção agrícola nas ilhas. Esta linha de base estão referidas ao volume de produção agrícola das ilhas, ao tipo de praticas agricolas mais frequentes, a adoção previa de práticas agroecológicas e a quantidade de e tipo de culturas praticadas nas ilhas. Esta linha de base será de grande utilidade para que no final do projeto possamos avaliar a evolução e os resultados do projeto no final do mesmo.

A1. Criar sistemas de produção agrícola familiar inteligentes ao clima

A1.1 Promover as práticas de cultivo agroecológico nas hortas colectivas de horticultura e quintais de casa.

Para mitigar os efeitos negativos das alterações climáticas e reforçar a resiliência da agricultura familiar na AMPC Urok impõe-se a adopção de novas práticas agrícolas e a criação de sistemas culturais adaptados e resilientes à tendência climática actual, tendência para acentuação de períodos secos devido ao aumento das temperaturas máximas e média diária, na estão seca. Baixa humidade relativa e elevada evaporação do solo. Nesta perspetiva o projeto propõe um conjunto de acções de capacitação técnicas agrícolas fundadas num pacote tecnológico de base agroecológico, com enfoque nas seguintes praticas:

- Controle da erosão dos solos com base na sua proteção, com recurso a cobertura morta através da palha e outros resíduos das culturas, do cultivo misto como o feijão guandu (*Cajanus cajan*).
- Melhoria da fertilidade do solo através do aumento da matéria orgânica derivado dos resíduos das culturas, estrumes e compostos produzidos localmente.
- Policultivo ou cultivo misto a partir da seleção criteriosa de cultivares; consociações e rotações, com preferência para as variedades mais resistentes às temperaturas elevadas e à aleatoriedade das chuvas, cultivo diversificado de estação seca e chuvosa nos perímetros coletivos de horticultura e nos quintais de casa.
- Gestão e utilização racional da água, quer através da melhoria dos sistemas de distribuição e circulação da água das chuvas nos perímetros inundado (bolanhas), como a introdução de sistemas de rega de baixo custo e esforço de trabalho nos campos hortícolas do agrupamento de horticultoras.
- Introdução das técnicas de luta integrada para prevenção contra os inimigos das culturas (parasitas e doenças). A iniciativa reforçará as capacidades das horticultoras no conhecimento e uso de produtos fitossanitários naturais para que, conjugada com as outras práticas agroecológicas, haja um controle mais eficaz dos inimigos das culturas e das doenças. Está abordagem garantirá combate fitossanitário de baixo custo e dará às horticultoras alternativas a defensivos químicos que, na maior parte dos casos, desconhecem a origem e, não dominam os cuidados a ter durante a sua aplicação, com consequências graves do ponto de vista da contaminação dos produtos hortícolas e das águas nas fontes.

A1.2. Promover a adoção de sistemas agroflorestais nos sistemas de cultivo de planalto.

Os sistemas agroflorestais serão o modelo de base para o reordenamento espacial dos campos agrícolas no planalto, destinados ao cultivo periódico de arroz (m'pampam) e, para a integração sustentável da agricultura na floresta degradada e em restauração. Serão fomentadas as técnicas de consociações de espécies frutícolas e culturas anuais com essências florestais da paisagem local. A estratégia inspira-se no resgate do sistema tradicional de cultivo sob o palmar, característico do modo de cultivo bijagós em que, regra geral, se faz abrindo espaço no solo a partir do abate das arvores envelhecidas, e limpeza das copas das palmeira ainda em produção para abrir as clareiras à passagem da luz solar. Nestes espaços, misturado com as palmeiras juvenis, semea-se arroz (m'pampam), misturando-se no meio culturas como o milho, tubérculos (inhames e mamfafa), e legumes

tradicionais da estação das chuvas (aboboras, pepinos, malaguetas, quiabos, hibiscos). Esta técnica permite a regeneração da áreas do palmar natural quando não é plantado o caju.

Tal como nas experiências anteriores, para incentivar a replantação florestal serão ainda produzidas no viveiro escolar, algumas espécies florestais da flora nativa local ameaçada como: - palmeiras nativas, pau-de-carvão, malagueta preta e Bissilom. Estas serão distribuídas aos agricultores juntamente com outras fruteiras para plantarem nas zonas periféricas do seu campo e nos sistemas em reconversão do caju. O projeto prestará assistência técnica e formação aos beneficiários nos vários domínios técnicos (viveiros, preparação dos campos, organização dos espaços de cultivo e consociações).

A1.3 Incentivar a diversificação de culturas anuais e perenes no cultivo de planalto.

A diversificação cultural é um dos pilares das acções do projeto. A Tiniguena enquanto entidade implementadora do projeto tem uma longa experiência de trabalho neste domínio com as mulheres e jovens agricultores nas ilhas Urok. Os agricultores e as horticultoras, serão incentivados a resgatar e conservar nos celeiros tradicionais (*bembas*) material vegetal tradicional (sementes, raízes e tubérculos) mais resistentes aos condicionalismos locais de água e elevadas temperaturas na estação seca. A preferência irá para as variedades de arroz local de planalto e basfond, hortícolas tradicionais, tubérculos e leguminosas (feijões, mancarra bijagó).

Estes agricultores, designados de guardiões de sementes locais, receberão apoios em utensílios de trabalho e de conservação das sementes nas *bembas*. Serão ainda capacitados na seleção, tratamento e conservação do material, assim como, na sua multiplicação para vulgarização junto a outros agricultores.

A diversificação de fruteiras será outra ação no âmbito desta intervenção. Serão produzidas e multiplicadas em viveiro plantas de fruteiras locais como: - papaeiras, fruta-pão, limas, laranjeiras e mangas, para distribuição aos produtores, de modo a estimular a diversificação dos sistemas no planalto e nas pequenas hortas em redor das habitações. Esta intervenção permitirá reduzir progressivamente a tendência para o monocultivo de caju, diversificar alimentação e os rendimentos da agricultura das famílias.

A1.4. Apoiar o acesso a meios de produção e melhoria dos espaços de horticultura e de cultivo de arroz inundado

O projeto introduzirá melhorias nos espaços de horticultura, através da instalação de sistemas de rega e da melhoria do sistema de drenagem nas bolanhas, que permitam uma gestão eficiente da água. Na horticultura a acção visa tornar mais eficiente o uso da água de rega como medida de adaptação às mudanças climáticas e reduzi o esforço de trabalho das horticulturas. Um dos obstáculos ao desenvolvimento deste sistema para novas formas de cultivo e experimentação de práticas inovadoras. Outro factor restritivo é o conflito frequente com o gado e pequenas crias que, regra geral, circulam livremente, em particular, em alturas de cultivo hortícola de estação seca e no momento das colheitas nas bolanhas. O estrago provocado pelos animais tem desencorajado as iniciativas dos agricultores e agricultoras quer nos basfond de arroz como na horticultura coletiva e de quintal. Para incentivar e desenvolver o cultivo hortícola e promover novas práticas, é importante apoiar a reduzir os estragos causado pelos animais. É nesta logica que a acção visa apoiar os agrupamentos das horticultoras e orizicultores a vedarem os seus campos de cultivo, e a melhorarem a gestão da água e os sistemas de drenagem e rega. O projeto da o acesso aos pequenos utensílios e ferramentas de trabalho. Assim como, a equipar os campos de horticultura com um sistema de rega com bombagem a partir de eletrobombas solares, e distribuição da água por gravidade para as bacias de recolha e armazenamento, distribuídas por todo os espaços de forma a facilitar a rega. A acção apoiara, ainda, a vedar os campos de produção hortícola e bolanhas com vedações mistas de rede metálica e cerca viva. Para a horticultura agroecológica, serão instalados 3 hortas coletivas de 0,5 ha/horta, e em 3 bolanhas com uma superfície de 1 a 3 ha/bolanha, uma em cada ilha. Estes serão os espaços de cultivo modelo, onde serão praticadas novas práticas de produção hortícola.

A1.5. Disseminar as práticas de agricultura inteligente em todo o espaço da AMPC Urok. Esta atividade tem por objectivo informar e sensibilizar para as novas práticas de agricultura. Utilizara como espaço de divulgação a radio local da área protegida, a horta escolar dos alunos da escola comunitária na ilha Formosa, e as sessões de capacitação nos campos de formação e experimentação. Os materiais de informação e sensibilização a produzir terão o seu foco sobre os princípios e as práticas que contribuem para desenvolver uma agricultura climaticamente inteligente. Este material de informação e formação será usado nas sessões de capacitação e nas emissões semanais das rádios locais, no espaço de programação dedicado à agricultura e ao agricultor já existente. As emissões serão no formato noticias para o agricultor, debates, sessões de

aconselhamento e de trocas de experiências entre agricultores e técnicos. Difundirá ainda, toda a informação climática produzida, útil à tomada para a tomada de decisão do agricultor.

Todas estas actividades permitirão dotar a AMPC Urok de um maior conhecimento e capacidade de promover o desenvolvimentos e transição da agricultura familiar para sistemas mais resilientes às mudanças climáticas.

A.1.6. Estudo de emissãos de carbono

O estudo das emissões de dióxido de carbono será realizado como linha de base antes da realização do próprio projeto. Esta linha de base nos permitirá avaliar se o projeto de fato teve uma contribuição claramente negativa em termos de emissões de efeito estufa. Tomarase a ferramenta estimativa da FAO EX_ANTE. Essa ferramenta tem como objetivo fornecer estimativas ex-ante sobre o impacto de projetos de desenvolvimento agrícola e florestal nas emissões de gases de efeito estufa e no sequestro de carbono, indicando seus efeitos no balanço de carbono.

Os outputs previstos com este resultado são:

- 45 horticultoras vulgarizadoras das técnicas agroecológicas formadas
- 150 horticultoras capacitadas pelas vulgarizadoras das técnicas agroecologicas
- 20 jovens agricultores de bolanhas de basfond
- 3 campos escolas de horticultura agroecológica, vedados e equipados com sistemas de rega
- Manual de campo de práticas de agroecologia
- 3 campos experimentais agroflorestal
- 3 bolanhas de basfond experimental vedadas
- 40 programa radiofónico produzidos e uma difusão radiofónica semanal até ao final do projeto

R2. Proposta de gestão territorial participativa no conjunto das ilhas de Urok (Formosa, Nago e Chediã).

A Guiné-Bissau ocupa um dos lugares mais vulneráveis do mundo aos efeitos das alterações climáticas e é um dos países menos preparados para as enfrentar. Uma das ferramentas para mitigar às mudanças climáticas é a gestão e o planeamento do uso do território.

A proposta de actividades para alcançar o resultado 2 do projeto, centram-se na formação técnica dos técnicos da área protegida para a elaboração de um plano de gestão para a parte terrestre e a elaboração duma proposta de gestão, que, futuramente, reforçará as medidas em curso de gestão sustentável e eficiente de todo os territórios da Área Marinha Protegida Comunitária das Ilhas Urok (AMPC Urok). Para esse fim vão alcançar-se acordos de ordenamento do território com os membos da AMPC, as comunidades locais, autoridades administrativas do sector (Comité de Estado) e os parceiros da área protegida (IBAP e Tiniguena), para assegurar uma gestão sustentável dos sistemas agrícolas que promova o aumento da produção agrícola, a mitigação do desmatamento dos sistemas florestais, e o aumento da resiliência das comunidades de Urok às mudanças climáticas.

A2. Elaborar proposta de gestão territorial participativa da parte terrestre para o conjunto das ilhas de Urok

***A2.1.* Criação de *um espaço de intercâmbio e consulta entre a população, as entidades da administração territorial, a Tiniguena e a equipa técnica do Bosque y Comunidad* (linha de base)**

Esta ação visa, informar a população local, as estruturas de governança local e regional das atividades do projeto como uma etapa preliminar. Ainda, em consonância com atores locais como os comitês de gestão da tabanca e o comitê de gestão do Urok, criar um espaço de concertação e consulta para troca de ideias pra o zoneamento participativo da parte terrestre de Urok e, sua integração ao Plano de Gestão da Área da Marinha Protegida Comunitária das Ilhas Urok (AMPC Urok). Para o desenvolver esta atividade, serão realizadas sessões de debate e workshops participativos. Os workshops serão para partilha de informações pertinentes sobres os territórios das tabancas e, eventuais conflitos de uso do solo e recursos na área protegida como: fundiários, pecuária/agricultura, pesca, fauna, expansão das tabancas, recursos florestais, e outros temas propostos pela população local. No final destas sessões, as informações e proposta recolhidas serão sistematizadas e avaliadas no quadro do levantamento territorial, e sucessivamente integradas no processo a apresentar em reuniões posteriores. Este espaço servirá para identificar os possíveis conflitos e dificuldades derivadas do zoneamento e para fazer uma linha de base sobre a situação de base.

***A2.2.* Levantamento dos dados geográficos do território e geo-referenciamento do espaço terrestre.**

Esta atividade será realizada de forma participativa, com os representantes das tabancas, e com o suporte de uma equipe de 10 pessoas selecionadas localmente, entre jovens das escolas comunitária da Área Protegida de Urok, e membros do comité de gestão de Urok, com o acompanhamento dos técnicos do projeto. Estes grupos serão formados na técnica de coleta de dados geográficos com GPS, para assegurar a produção da cartografia dos territórios das tabancas. A implicação nesta acção de recursos humanos local permite a transferência local de conhecimentos e garantir a sustentabilidade. Será realizado o Levantamento e georreferenciação de informações-chave (limites das tabancas, infraestruturas, nascentes de água, atrações culturais...), informação que será utilizada como linha de base.

A sessão de capacitação sobre coleta de dados geográficos do território serão terá uma duração de 4 dias. Durante estes dias, a equipa técnica da ByC desloca-se a Urok, para selecionar grupo dos 10 agentes a serem formados. De seguida terá início a formação que será pratico-teórica e, onde os participantes aprenderão a usar o GPS, tomar notas e fazer transets durante o levantamento dos elementos da paisagem. Após a parte teórica, iniciarão no terreno um teste de levantamento de dados geográficos, durante 2 dias para aferição dos conhecimentos e das dificuldades. Esta ação é fundamental para o desenvolvimento da atividade, uma vez que lançará as bases para a coordenação dos trabalhos nas três ilhas. Antes de se iniciar o treinamento na coleta de dados geográficos, a equipe técnica de ByC em parceria com a equipa técnica da Tiniguena, definirá uma agenda de trabalho conjunta, dos objetivos de levantamento, metodologia da coleta de dados, e canais de comunicação com os beneficiários das formações.

O levantamento de dados será realizado pelos agentes formados, sob supervisão e acompanhamento da Bosque y Comunidad e da Tiniguena. A previsão de duração desta tarefa é de 15 dias, dividindo os agentes em 3 equipes. Estas se deslocaram para as 3 ilhas do complexo Urok (Formosa. Nago e Chediã) fazendo o trabalho de forma sincronizada. Enquanto no tereno, as equipas serão acompanhadas por elementos da população conhecedores do seu espaço e designados pela tabanca. Antes de se iniciar o levantamento realizar-se-á uma reunião nas tabancas de apresentação das equipes e dos objetivos dos trabalhos. A obtenção de dados geográficos fornecerá informações muito valiosas e permitirá o estabelecimento de indicadores quantitativos e qualitativos para o desenho do zoneamento que não podem ser obtidos por meio do sensoriamento remoto. Para o levantamento geográfico serão utilizados GPS de mão, trabalho de campo, mapas e imagens de satélite para a orientação dos agentes de dados de terreno (limites territoriais físicos, e elementos da paisagem). Após a coleta dos dados geográficos no complexo Urok, a equipe técnica da ByC procederá ao tratamento e processamento dos dados coletados para sua identificação e para produzir uma cartografia dos territórios das tabancas para desenhar a proposta de uso do solo de acordo com os dados coletados nos workshops anteriores realizados com a comunidade local.

A2.3. Elaboração da cartografia do zoneamento e proposta de gestão do espaço terrestre da AMPC Urok

Esta atividade vem concretizar os resultados da validação. Será realizada pela equipe técnica de Bosque y Comunidade em gabinete. A equipe de Bisque y Comunidad avaliará a qualidade dos dados obtidos no terreno para assegurar as observações levantadas com GPS e confirmadas nos workshops, combinando com mapas de uso da terra, a partir de imagens de uso da terra obtidas a partir do processamento de imagens de satélite. Em caso de inconsistências menores ao 10% na utilização dos dados, estas serão reverificadas nas sessões de validação seguintes. Caso as inconsistências ultrapassem o limite de 10%, os dados serão verificados em campo novamente antes da atividade de validação de dados. Uma vez avaliados os dados, a equipe técnica do Bosque y Comunidad com o apoio da Tiniguena produzirá uma série de materiais cartográficos, mapas de ocupação do solo, séries históricas de aumento / diminuição dos tipos de uso do solo e cartografia de base, que será apresentado à Assembleia-geral Urok para validação final e adoção no plano de gestão da área protegida.

***A2.4.* Validação e apresentação dos resultados em formato adaptado da proposta de zoneamento territorial e do uso do solo acordado.**

Uma vez finalizado o levantamento, todos os dados serão integrados numa cartografia preliminar a ser validada nas tabancas. Para o efeito, serão organizados workshops de validação dos elementos georreferenciados e a proposta de cartografia de ordenamento territorial das tabancas. Estas jornadas serão realizadas em todas as 27 tabancas das 3 ilhas de Urok, com as comunidades, os comitê de gestão das tabancas, e os membros do comitê de gestão Urok (CGU). O objetivo desta atividade é elaborar a cartografia participativa com os

beneficiários e validação da proposta de ordenamento dos territórios das tabancas. Nestas jornadas de trabalho, os técnicos de ByC, Tiniguena junto com os Comités de gestão de Urok e os comités de tabanca de Urok e a população local vão trabalhar conjuntamente durante, pelo menos 30 dias na validação dos dados de zoneamento que será realizada por meio de uma série encontros em cada tabanca com os grupos representativos (10 a 20 membros). Estes encontros serão realizados com uma perspetiva de gênero, inicialmente dividindo os grupos por sexo, criando espaços nos quais as opiniões e ideias de uso do espaço terrestre de Urok de todos os atores sejam ativamente ouvidas, obtendo como produto final uma definição da proposta de ordenamento territorial definitiva

A2.5 Disseminação dos mapas de zoneamento e ocupação do solo da AMPC Urok e da proposta de gestão territoral

Uma vez concluído o processo, serão produzidos cartazes que serão divulgados nas instalações da sede da AMPC, do IBAP, e nas tabancas. Assim como, noutros lugares a determinar pelas partes parceiras. Será realizada na capital da Guiné-Bissau, Bissau, uma apresentação dos resultados do zoneamento, com o objetivo de tornar visíveis os resultados do projeto.

Estas actividades permitirão uma gestão integrada dos espaços e recursos da AMPC Urok, e reforçar o seu regulamento interno no que concerne ao uso da parte terrestre.

Os outputs previstos com este resultado são:

- Pessoal técnico e local do AMPC Urok formado em levantamento de dados geográficos.

- Cartografia de zoneamento.

-Proposta de gestão territorial do espaço terrestre de Urok participativa.

-Produção de posters informativos relativos ao zoneamento validado.

*R3. Operacionalizado um serviço de previsão do clima duma parceria entre as instituições de pesquisa Barcelona Supercomputing center (BSC- CNS) e o Instituto Nacional de Meteorologia da Guiné-Bissau (INM-GB)***.**

A proposta de actividade 3 visa a criação de um serviço climático adaptado ao contexto climático e socio-agrícola do Arquipélago de Bijagós, com base nas previsões meteorológicas sazonais disponíveis online gratuitamente através da iniciativa Copernicus Climate Change Service. Tudo isto permitirá desenvolver um roteiro com as seguintes medidas a seguir para o refinamento e melhoria do serviço climático nas fases pós-projecto, o que reforçará as capacidades do INM-GB no codesenvolvimento dos serviços climáticos e no planeamento de produtos específicos agroclimáticos, que atendam às reais necessidades dos agricultores, reforçando a sua resiliência e capacidade de adaptação à variabilidade climática. Para concretizar esta ação, será preciso Co-definir o contexto agroclimático e definir o objetivo do serviço climático. Sequencialmente, identificar e avaliar as informações meteorológicas disponíveis para a criação deste serviço.

Esta acção é entendida como o processo de capacitação, acompanhamento e transferência de conhecimentos para o INM-GB para o codesenvolvimento, juntamente com os agricultores na zona de intervenção do projeto, de um serviço climático adaptado às necessidades específicas da comunidade agrícola. A proposta de actividades para alcançar o resultado 3 do projeto facilitará a fase inicial/prospetiva para a **criação de um serviço agroclimático na área de estudo**, identificando as oportunidades que este serviço pode oferecer à comunidade agrícola, bem como as possíveis dificuldades, de qualquer natureza, na sua implementação. O acompanhamento será uma acção continua ao longo da duração do projeto, e os técnicos da INM-GB continuarão a ser capacitados, a partir dum roteiro a ser criado para que o serviço do INM-GB possa continuar a construir e prestar um serviço climático que garante a sustentabilidade durante e pós projeto.

<u>A.3. Produzir e disponibilizar informações sobre o clima, susceptíveis de permitir uma tomada de decisão dos agricultores familiares das ilhas Urok</u>

A.3.1 Capacitar os Técnicos Instituto Nacional de Meteorologia da Guiné-Bissau (INM-GB) para a coprodução de serviços climáticos na zona de intervenção

Este é o primeiro ciclo de formação inicial do pessoal técnico do INM-GB sobre previsões climáticas sazonais, co-concepção e coprodução de serviços climáticos. Será realizada através de várias sessões participativas online no início do projeto. Nestas sessões, especialistas em previsões sazonais e serviços climáticos no BSC partilharão os seus conhecimentos com técnicos do INM-GB e será aberto um diálogo para a resolução de dúvidas e discussão de materiais de apoio, como literatura, infosheets, etc. Esta formação irá aproveitar grande parte dos recursos e materiais disponíveis criados pela comunidade de serviços climáticos, mas quando necessário irá adaptar-se ao contexto ou à linguagem da região ou preparar algum apoio gráfico para facilitar a transferência de conhecimento. Nestas sessões participativas, serão convidados representantes da Tiniguena e da Floresta e da Comunidade para maximizar a divulgação do conhecimento climático no âmbito dos parceiros do projeto e enriquecer as discussões. Esta ação visa lançar as bases para o subsequente co-concepção e desenvolvimento do serviço climático pelo INM-GB.

A.3.2 Identificação e co-concepção de informações sobre o clima relevantes para os agricultores no domínio do interesse (linha de base)

O principal objetivo desta tarefa é identificar e caracterizar as necessidades de informação climática dos agricultores do arquipélago das Ilhas Bijagós. Esta tarefa é, por um lado, necessária para compreender o estado atual da agricultura na área de estudo, os tipos de cultura e atividades agrícolas realizadas na zona suscetível a alterações climáticas e, por outro, a identificação das variáveis climáticas de interesse para os agricultores da região e os calendários críticos para essas atividades agrícolas. Esta tarefa é fundamental para a coprodução do serviço climático, uma vez que permite a participação dos agricultores a que o serviço climático se destina desde as fases iniciais do desenvolvimento. Para realizar esta tarefa serão realizadas as seguintes ações específicas:

- Revisão bibliográfica sobre o estado da arte das previsões climáticas e dos serviços climáticos na região de estudo;

- Sessões participativas online entre a BSC, INM-GB, Tiniguena e Bosque y Comunidad antes da interação com os agricultores da área. Estas sessões visam encontrar a forma mais adequada de interagir com os agricultores da região e discutir os métodos mais eficientes para obter informações úteis para o codesenvolvimento dos serviços climáticos e aprender o papel do conhecimento local nas práticas agrícolas. Para o efeito, será partilhada a experiência anterior dos parceiros do consórcio e será escolhida a melhor estratégia para interagir com os agricultores da área e com os representantes dos vários beneficiários do projeto. Estas interações podem ser sob a forma de entrevistas com agricultores da região, que seriam conduzidas no local pela equipa *land* (Floresta e Comunidade, Tiniguena) ou outros formatos, tais como mesas redondas ou entrevistas em grupo com diferentes tipos de beneficiários. Se possível equipa de terreno será acompanhada por um técnico INM-GB durante estas interações. Para facilitar estas entrevistas e obter de forma sistemática e eficaz os conhecimentos locais necessários para o codesenvolvimento do serviço climático, a BSC será responsável pela preparação de um guia de entrevistas com o guião a seguir para os entrevistadores e explicar como anotar as informações fornecidas pelos agricultores.

- Após entrevistas e recolha de informação fornecida pelos agricultores, é necessário processar toda esta informação e identificar as necessidades climáticas dos agricultores. Para esta ação, um perito em coprodução de serviços climáticos realizará a análise dos resultados e interagirá remotamente com o INM-GB, a Tiniguena e a Comunidade no processo de identificação das variáveis climáticas de interesse para os agricultores da região, períodos críticos das atividades agrícolas, revendo a forma como as alterações climáticas podem introduzir alterações nestes períodos.

A.3.3 Identificar e avaliar as previsões climáticas sazonais para a área de intervenção.

O principal objetivo desta tarefa é avaliar a qualidade das previsões climáticas sazonais disponíveis através da iniciativa European Copernicus Climate Change Service (C3S) e identificar as mais adequadas ao serviço climático. Esta tarefa é fundamental para ser capaz de selecionar as previsões sazonais que têm um viés mais baixo e uma qualidade na previsão da área mais alta em estudo. Propõem-se as seguintes ações específicas para realizar esta tarefa:

- Análise de qualidade das previsões climáticas sazonais fornecidas na C3S Climate Data Store (CDS) para a área de estudo e variáveis climáticas de interesse para os agricultores definidas na ação 3.2c. Esta análise será realizada por peritos do BSC comparando historicamente as previsões sazonais com os dados de reanálise e obtendo diferentes métricas estatísticas que permitam a avaliação do enviesamento e habilidade dos sistemas de previsão disponíveis através do C3S.

- Sessões online participativas entre a BSC e a INM-GB, a fim de discutir os resultados obtidos na ação específica acima e identificar os sistemas e previsão mais adequados para a área de estudo. Esta ação específica identificará igualmente as deficiências/dificuldades encontradas na utilização destas previsões de áreas de estudo necessárias para o refinamento e melhoria do serviço climático nas fases pós-projecto.

- Sessões participativas em linha entre a BSC, INM-GB, Tiniguena e Bosque y Comunidad visam discutir as formas mais adequadas e eficientes de o serviço climático chegar aos agricultores da região (rádio, líderes comunitários, autoridade de confiança, etc.) e refletir sobre como ter em conta o conhecimento local e o contexto social como parte integrante do serviço climático final. Estas sessões servirão também para avaliar se o serviço é suficientemente maduro para ser integrado nas tarefas agrícolas correspondentes, se a qualidade das previsões sazonais assim o permitir.

A3.4 Acompanhamento dos técnicos do Instituto Nacional de Meteorologia da Guiné-Bissau para a implementação de um serviço climático

Este terceiro ciclo de formação online e presencial permitirão que o INM-GB seja treinado para a utilização de previsões meteorológicas sazonais disponíveis operacionalmente e gratuitamente através do C3S. Estas sessões visam o acompanhamento na implementação de um serviço agroclimático sustentável depois do projeto. Para o efeito, serão realizadas as seguintes ações específicas:

- Formação de pessoal técnico INM-GB para acesso autónomo, interpretação e utilização de previsões climáticas sazonais através da exploração dos serviços disponíveis online através da iniciativa European Copernicus Climate Change Service. Esta formação pode ser dividida em sessões online anteriores e formação prática no local no INM-GB por especialistas do BSC, onde serão apresentadas as informações disponíveis online através do Copernicus Climate Change Service, bem como a utilização dessas informações para a implementação do serviço climático.

- Com base nos conhecimentos adquiridos durante as interações com todos os intervenientes relevantes descritos nas ações anteriores, nos últimos meses do projeto BSC irá desenhar, juntamente com o INM-GB, a Tiniguena e a Bosque y Comunidad, um roteiro que descreve o estado do serviço climático coproduzido, indicando os objetivos alcançados e as limitações encontradas, uma análise da necessidade de infraestruturas técnicas (por exemplo, dados observacionais, material informático) ou de conhecimentos adicionais, bem como os próximos passos a tomar para a implementação de um serviço climático mais complexo que possa satisfazer todas as necessidades dos agricultores na área. Este documento visa fornecer os conselhos necessários para que o INM-GB possa continuar a construir e reforçar as suas capacidades no domínio do desenvolvimento e distribuição de serviços agroclimáticos numa base contínua ao longo do tempo.

A3.5 Disseminar o roteiro de implementação do sistema de previsão climática nas Ilhas de Urok em Guiné-Bissau e atividades de cocriação do serviço agroclimático

Ao longo desta tarefa facilitará a ligação do projeto com outros projetos e iniciativas relacionadas com a área dos serviços climáticos. Isto inclui, por exemplo, os mais recentes projetos europeus de H2020 focados no desenvolvimento de serviços climáticos para África, como o FOCUS-Africa (GA no.869575), liderados pela Organização Meteorológica Mundial e nos quais o BSC é um dos principais parceiros, o CONFER (GA no.869730) e o DOWN2EARTH (GA no.869550).

Em particular, vale destacar o projeto FOCUS-África, que será executado durante o período deste projeto. Embora a área de ação do FOCUS-África seja a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), um dos seus objetivos inclui a transferência de conhecimento para outras regiões da África interessadas no desenvolvimento de serviços climáticos, e BSC maximizará a colaboração entre os dois projetos ou facilitará que os membros deste projeto sejam convidados ou participem das iniciativas FOCUS-África relevantes.
Uma vez que o roteiro está preparado, será divulgado aos parceiros do consórcio e os representantes dos vários beneficiários do projeto bem como a comunidade internacional de serviços climáticos. Uma apresentação dos resultados e o roteiro será realizada na capital da Guiné-Bissau a la vez que se presentan los resultados de A2.5 com o objetivo de tornar visíveis os resultados do projeto.

Os aspectos relacionados com a atividade A.3, os desenvolvimentos de serviços climáticos na área, irão beneficiar da experiência adquirida pelo BSC-CNS em projetos europeus de investigação e inovação. O BSC-CNS lidera o projeto S2S4E (GA no.776787), por meio do qual possui ampla experiência no processo de coprodução de serviços climáticos em escala global para o setor de energias renováveis. O BSC-CNS também faz parte de vários projetos que desenvolvem serviços climáticos para a agricultura, principalmente com foco na área do Mediterrâneo (MED-GOLD, VISCA, VITIGEOSS) e tem trabalhado nos últimos anos com contratos com o European Joint Research Centre para incorporar o aplicação das previsões para os próximos meses, estações e anos na previsão das

condições de risco à segurança alimentar das quatro principais safras mundiais (trigo, milho, arroz, soja). Este último está relacionado principalmente à previsão de indicadores de seca.

Em particular, vale destacar o projeto FOCUS-África, coordenado pela Organização Meteorológica Mundial e que será executado durante o período deste projeto. Embora a área de ação do FOCUS-África seja a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), um dos seus objetivos inclui a transferência de conhecimento para outras regiões da África interessadas no desenvolvimento de serviços climáticos, e BSC-CNS maximizará a colaboração entre os dois projetos ou facilitará que os membros deste projeto sejam convidados ou participem das iniciativas FOCUS-África relevantes.

Finalmente, um especto chave para o INM-GB estabelecer um serviço climático é que eles tenham acesso a dados climáticos úteis e gratuitos para garantir a sustentabilidade do serviço ao longo do tempo. Este projeto utilizará os dados fornecidos pela iniciativa europeia Copernicus Climate Change Service (C3S) e seu serviço de dados abertos Climate Data Store. A BSC-CNS possui vasta experiência com este serviço tanto pela sua participação nos últimos anos em contratos já celebrados com a C3S (C3S 52 Lote 2, C3S 441 Lote 2, C3S 51 Lote 3) e contratos atuais (C3S_512, C3S_429g e C3S_34c), dois dos que coordenado pelo BSC-CNS.

Os outputs previstos com este resultado são:

- Formado a equipa técnica do INM-GB.
- Estudo sobre as necessidades de informação climática dos agricultores do arquipélago das Ilhas Bijagós
- Um serviço climático preliminar adaptado ao contexto climático e socio-agrícola do Arquipélago de Bijagós
- Roteiro de implementação

Em relação aos principais estudos realizados relativamente à definição do âmbito da ação.

- O JRC trabalha para a segurança alimentar, entendendo como as previsões sazonais podem fornecer conhecimentos adicionais. (EUCP)
- Agricultura na região do Mediterrâneo (MED-GOLD, VISCA, VITIGEOSS, INDECIS - Estudo de caso da agricultura em Portugal.)
- Região SADC - FOCUS-AFRICA
- Revisão da literatura, workshops preliminares na África (por exemplo, direcionar grandes reuniões como eventos paralelos)
- Eventos da África Ocidental: eventos organizados ou envolvendo AGRHYMET

2.1.2. Abordagem da implementação (5 páginas no máximo)

A estratégia de transmissão do itinerário tecnológico proposto assenta nas ações de formação e reforço de capacidades, no seguimento e na assistência técnica a cargo pela equipa técnica do projeto que conta com recursos humanos com um sólido conhecimento do espaço de intervenção e uma larga experiência de animação rural. Esta será constituída por um coordenador e assistente técnico, um agrónomo responsável pelo reforço de capacidades e seguimento e, dois animadores de agricultura.

As ações de formação sobre as práticas agroecológicas na horticultura, preveem a elaboração de um programa de formação estruturada em módulos teórico-prático que serão apresentados em sessões teóricas, e de experimentação a levar a cabo com os grupos alvos. As formações terão uma duração de um ciclo de produção, no ano 1 do projeto.

Na fase inicial, proceder-se-á à identificação de quarenta e cinco **(45) potenciais horticultoras modelos**, duas por ilha, e à seleção de **3 campos de experimentação hortícola**. Esta seleção permite criar os espaços que acolherão as ações de formação e experimentação nos sistemas hortícolas. Acolherão grupos de **10 a 15 horticultoras em cada campo de formação** que apôs o primeiro ciclo de capacitação serão certificadas e terão a seu cargo a formação futura de outras horticultoras das suas tabancas que trabalham em quintais de casa. Pelo menos **150 novas horticultoras** se beneficiaram dos conhecimentos adquiridos na formação, no ano 2 do projeto.

O sistema de cultivo de arroz de basfond, também conhecido por *bolanha de basfond*, é ainda pouco vulgarizado no espaço bijagó com exceção da ilha de Uno e da ilha Formosa na área protegida de Urok, onde no passado foram realizadas algumas iniciativas pela Tiniguena. É, no entanto, um sistema de produção incontornável na estratégia de redução da pressão agrícola nas florestas. Quando dominado tem vantagens em relação ao sistema de planalto em termos de produtividade do trabalho e da produção unitária.

As ações de formação no cultivo de bolanhas terá como princípio estratégico a identificação e seleção dos **agricultores modelos e das respetivas bolanhas (2)**, onde serão administradas as sessões de formação. Os produtores modelos, juntamente com a equipa técnica serão responsáveis pelo coaching de outros agricultores durante toda a fase de formação. Durante a formação os agricultores serão orientados na escolha de sementeiras, técnicas de lavoura e de gestão da água nas bolanhas. As ações de formação serão realizadas pela equipa técnica do projeto e, a partir de ações de intercâmbio camponês, com orizicultores (5) com um vasto conhecimento e experiência nesta área. Cada intercâmbio camponês durará 6 dias, durante o qual se promoverá a troca de experiência. Prevê-se a **formação de 20 novos orizicultores** de planalto durante o primeiro ciclo de formação produção do arroz (4 meses).

O sistema de cultivo de planalto, regra geral itinerante, na última década tem registado transformações com o cultivo do caju nos mesmos espaços que inicialmente eram usados exclusivamente para o cultivo anual. Este sistema de tem progressivamente ocupado os espaços florestais que anteriormente eram deixados em pousios de pelo menos 15 anos. Fixando o uso da terra a longo prazo e reduzindo a biodiversidade. Esta nova realidade aumentou a procura de novas áreas de floresta para desmatar e queimar, agravando a redução da área florestal e o aumento das emissões de carbono. Também aqui, a metodologia tem enfoque na identificação e seleção de jovens agricultores sensibilizados para a necessidade de mudança das suas técnicas e sistema tradicional de cultivo no planalto. Serão capacitados e acompanhados na instalação de campos agroflorestais. Serão instalados **campos agroflorestais** numa parcela da sua área de cultura e, apoiados a iniciar o processo a reabilitação das suas plantações de caju na base do modelo proposto. A capacitação e apoio no cultivo agroflorestal visa fazer destes agricultores modelos de vulgarização destas práticas junto a outros agricultores produtores de Urok. As parcelas, serão usados como espaços modelos agroflorestal de experimentação. A formação e vulgarização do itinerário técnico agroflorestal estabelecido será tecnicamente acompanhado em todas as fases do período de duração do projeto e apôs este, pela equipa técnica da Tiniguena. Todos os campos de experimentação beneficiarão de obras de valorização do espaço para evitar a invasão não controlada do gado e pequenos animais de criação. Os perímetros serão vedados com um sistema misto de rede metálica e cerca viva plantada com árvores e arbustos de crescimento rápido, com preferência para as leguminosas.

A melhoria da gestão da rega nos campos coletivos de horticultura, a partir dos sistemas de rega de baixo custo visa melhorar a eficiência de utilização da água e reduzir o esforço de trabalho das mulheres, em particular, nos meses mais quentes, fevereiro a maio, período em que necessário aumentar a frequência de rega e que, em virtude de outras tarefas, as horticultoras ficam sobrecarregadas e não conseguem dar resposta necessária às exigências das culturas. Esta é uma das principais causas das perdas de produção e, em alguns casos, de abandono dos cultivos mais exigentes em água.

Para melhorar a eficácia de gestão da água de rega e nos perímetros de horticultura e de cultivo inundado de arroz, serão melhorados os poços e instalados sistemas de rega de baixo custo. No basfond, a gestão da água das chuvas será assegurada por uma rede de canais de escoamento e diques de proteção e controle da água dentro do perímetro. Todos os alvos do projeto beneficiarão de ações de capacitação organizacional e para gestão dos seus perímetros de cultivo e assegurarem a sua manutenção futura. As mulheres horticultoras e jovens agricultores capacitados e todos os que aderirem ao programa, serão apoiados com um kit de ferramentas de trabalhos no campo e, no final de cada formação, receberão uma certificação de participação e de agricultor modelo.É ainda importante apoiar os beneficiários do projeto a reajustarem e a adaptar o calendário de tradicional de cultivo, tirando o máximo proveito das informações agroclimáticas que o projeto apoiara a produzir, e que espera-se que num futuro serão regularmente disponibilizadas pelo Instituto de Meteorologia Nacional, para serem divulgadas nas rádios comunitárias locais. As ações de visibilidade, sensibilização e vulgarização do projeto estarão asseguradas pelos programas radiofónicos nas rádios nacionais e locais. A rádio comunitária *Fala de Urok,* uma estação de área marinha protegida de Urok e na radio *djanjan*, uma estação radiofónica da Reserva da Biosfera da biosfera do arquipélago dos bijagós. Também nos eventos de divulgação dos resultados obtidos.

A metodologia de implementação da proposta de gestão territorial baseia-se principalmente na abordagem participativa, na capacitação técnica e na transferência de conhecimento cujo princípios prevê a partilha de informações e tomada de decisões nos encontros entre os atores do processo, realização de workshops com as comunidades, reforço de capacidades técnicas dos públicos-alvo e promoção da gestão comunitária dos espaços e recursos naturais.

A Tiniguena, responsável pela coordenação do projeto, trabalhara em estreita colaboração com os seus parceiros de implementação nos três eixos de intervenção, mas com responsabilidade direta pela implementação do resultado 1. Assegurará a preparação e condução de todas as ações de formação sobre as boas práticas agrícolas, e apoio e assistência às ações dos parceiros de implementação. Acompanhará e assessora tecnicamente todos os beneficiários durante e pôs cada ação de capacitação. Garantirá, em parceria como os seus parceiros, a preparação dos conteúdos de informativos e de sensibilização, assim como a suas difusão nas rádios e outros meios de disseminação de informação. Nomeadamente, os conteúdos sobre as práticas agroecológicas, informações agroclimáticas e, proposta de ordenamento territorial e regras de gestão da parte terrestre da AMPC

Urok. A equipe técnica do Bosque y Comunidad (ByC), responsável pelo ordenamento terrestre, com o apoio da equipe técnica da Tiniguena, promoverá encontros de consultas às comunidades nas tabancas, conduzirá workshops com todas as partes interessadas para apresentação do ponto de situação dos trabalhos em curso sob a sua coordenação, promoverá tomadas de decisões participadas pelos atores, comunidades nas tabancas e toda a estrutura de gestão sobre as propostas de governança de seu território. Ao longo dos workshops todas as informações técnicas serão submetidas ao questionamento e comentário em espaços de diálogo participado, assim como validação participativa. Estes encontros terão um lugar central nas ações da ByC, uma vez que esta abordagem facilita a partilha de informação, adoção e aprovação das propostas de ordenamento territorial para a gestão do espaço terrestre.

O Centro de Supercomputação de Barcelona - Centro Nacional de Supercomputación (BSC), criado em 2005, tem como missão pesquisar, desenvolver e gerenciar a tecnologia da informação para facilitar o progresso científico. O grupo Earth System Services do departamento de Ciências da Terra é especializado na cocriação de serviços de qualidade do ar e clima com uma abordagem transdisciplinar onde cientistas de modelagem de sistemas terrestres e especialistas em transferência de conhecimento se envolvem com as partes interessadas para criar serviços orientados ao usuário.

A intervenção deste parceiro reforça a **componente inovadora do projeto.** A capacidade de prever o clima graças à inserção do Centro de Supercomputação de Barcelona num contexto de alterações climáticas globais, sendo a Guiné-Bissau um dos países mais vulneráveis e menos preparados para o enfrentar, representa uma inovação fundamental para os sistemas agrícolas tradicionais, para os habitantes do complexo de Urok, o Instituto de Meteorologia da Guiné-Bissau e, para a população da Guiné-Bissau em geral. Este projeto irá facilitar a fase inicial para a instalação de um serviço agroclimático na área de estudo, identificando as oportunidades que esse serviço pode oferecer à comunidade agrícola, bem como possíveis dificuldades.

O desenvolvimento de um serviço climático requer considerar a diversidade cultural, o conhecimento local e a estrutura organizacional da comunidade agrícola. É importante que o processo seja colaborativo e que os ritmos e atitudes locais sejam atendidos para que o serviço surja de forma colaborativa facilitada pelo projeto. Para isso, é fundamental não só o envolvimento da Tiniguena e do Bosque y Comunidad, mas também a vontade do INM-GB de se envolver no processo de se tornar o ator principal e o foco de referência do serviço. Neste quadro, o BSC ficará responsável pela caracterização das variáveis climáticas comuns às ilhas Urok, de interesse dos agricultores. Terá ainda a seu cargo a capacitação dos técnicos de Instituto de Meteorologia da Guiné-Bissau através de sessões de formação ao longo do projeto. Nessas sessões, especialistas em previsões sazonais e serviços de clima do BSC compartilharão seus conhecimentos com os técnicos do INM-GB e será estabelecido um diálogo para dirimir dúvidas e discutir materiais de apoio. Acompanhara a equipe técnica do INM-GB durante o processo de coprodução de serviços climáticos e nas diferentes fases do mesmo. O BSC vai compartilhar com seus parceiros do projeto as informações climáticas produzidas, entre os quais uma folha de rota de desenvolvimento das predições meteorológicas a médio prazo na Guiné Bissau. Todas as informações estaram accesíveis online através de um “wiki”.

A dinâmica encetada aquando da criação da AMPC resultou da necessidade que as comunidades sentiram de guardar o controlo sobre o seu território e recursos, adaptando-se às influências modernas. O processo de procura consensual de regras adaptadas a estas novas realidades, inspira o segundo Plano de Gestão (PdG) que marca um progresso estrutural, relativamente ao precedente, na medida em que aborda, também, a parte terrestre do território e a necessidade da sua integração na gestão em curso, para que se materialize o processo de gestão integrada da totalidade dos territórios de Urok. A tomada em conta dos espaços e dos recursos terrestres implicou igualmente uma adaptação do sistema de governação. Da mesma maneira que a parte costeira concerne um espaço comum objeto de regras globais, e gerido por uma estrutura de governação coletiva (o Conselho de Gestão da AMPC, o sistema de fiscalização marítima). Também, um dos principais desafios do segundo PdG ao de tomar em consideração a dimensão terrestres, é implementar novas modalidades de governação, acordando mais espaço à gestão à escala local, para garantir a adaptação e resiliência das comunidades e dos ecossistemas aos novos desafios socioculturais, económicos e ambientais. É neste princípio do PdG que o projeto se inscreve, através das acções propostas, visando alavancar a transformação na agricultura familiar e gestão sustentável dos territórios terrestres.
As recomendações anteriores destacam a necessidade de dar continuidade ao processo de aprendizagem e vulgarização das boas praticas agrícolas, em particular com as mulheres e a nova geração de jovens agricultores. Enfatizam a importância de valorizar mais os sistemas de produção nas zonas inundadas, para reduzir a pressão sobre os solos da floresta, reconhecem o caracter inovador da gestão da parte costeira mas aconselham a sua extensão à parte terrestre para uma melhor integração territorial da gestão dos recursos e sustentabilidade agroclimáticas dos sistemas tradicionais, às constatações já manifestada pelos agricultores dos efeitos negativas das alterações climáticas sobre os seus sistemas de cultivo e produção. Perante este quadro, urge propor intervenções que integrem valências complementares, que reforçam os conhecimentos dos agricultores e

continuem a mobilizá-los para a mudança nas práticas de produção e dos actuais sistemas produtivos, para modelos mais adaptados e resilientes. A actual proposta adopta as recomendações anteriores, mas introduz ainda as componentes gestão territorial terrestre, a capacitação agroclimática para melhorar a capacidade de tomadas de decisão e planificação face à necessidade da agricultura familiar começar a enfrentar as alterações climáticas.

O projeto estabelece a seguinte **estrutura de coordenação**:

- Coordenador do projecto: Que será a pessoa encarregada da coordenação geral do projecto, incluindo a parte técnica e financeira, e a comunicação entre as partes envolvidas na parceria. Terá ainda a seu cargo a coordenação e assistência técnica à equipa no tereno. Este quadro será designado de Tiniguena, a requerente principal, boa conhecedora da àrea de implementação e com uma longa experiência neste tipo de projectos e da zona, onde tem base técnica instalada.
- Equipa técnica no terreno : i) Um (1) responsável técnico que coordenará a implementação das acções parte agrícola e de animação em estreita relação com o coordenador do projeto, fazendo a ligação de comunicação entre a equipa técnica, o coordenador do projecto, os beneficiários, e outras partes envolvidas; ii) três (3) animadores dois técnicos com conhecimentos em animação comunitária na agricultura, mudanças climáticas e planificação territorial, um técnico com experiencia de animação rádios locais, responsável pela produção e difusão dos conteúdos produzidos pelo projeto, assegurará o contacto e a recolha de informações junto aos beneficiários e comunidades, falará a língua local, estará em estreita relação com a equipa técnica e os beneficiários.
- Equipa administrativa: i) Um responsável da parte da administração e estado financeiro do projeto, da Tiniguena, encarregado da gestão e justificação financeira do projeto; ii) um assistente administrativo encarregado da monitoria das faturas e da parte económica do projecto.
- Uma técnica da Bosque y Comunidad, com uma ampla experiência neste tipo de atividades. Uma coordenadora para a parte financeira. A equipa técnica assegurará no terreno a coordenação da componente de ordenamento territorial e produção da cartografia, trabalhando em parceria com a equipa da Tiniguena em todas as fases até à concertação e negociações da proposta de gestão da parte terrestre.
- Equipa de previsão agroclimática: cuja estrutura de formação e capacitação (BSC-CNS) estará baseada em Espanha mas visitará, conforme programação, a área de implementação para a realização das atividades e para a parte de apoio técnico à implementação das acções e seguimento, e justificação frente ao doador. A equipa assistência climática, constituída pelos técnicos do INM-GB, baseada no terreno, que apôs capacitação assegurarão a produção e disponibilização em tempo útil das informações do clima para integração na planificação da produção e planos de trabalho dos agricultores. Esta equipa será assessorada durante o período de duração do projeto pela equipa de capacitação e, apôs projeto, continuará a prestar serviço mediante um protocolo a estabelecer com a AMPC Urok. O BSC-CNS será a entidade parceira responsável. Disponibilizará um experto em ciência climática, quem será o encarregado de fazer a formação do pessoal do INM-GB e uma experta em ciências sociais. A equipa de trabalho do BSC-CNS que irá desenvolver as atividades do resultado 3, é composta por um cientista do clima especialista em previsões climáticas, um especialista em ciências sociais e o eventual apoio de um especialista em comunicação científica. Dadas as limitações orçamentárias, grande parte da participação da equipe do BSC-CNS será feita remotamente com estadas programadas no local de um dos membros da equipe de trabalho. Todos os parceiros terão a seu cargo a produção de conteúdos para que produzirão à medida do progresso das acções do projeto para serem disseminadas em diferentes formatos no âmbito da estratégia de comunicação e visibilidade do projeto. Estarão, igualmente, envolvidas em todo o processo de avaliação e monitoria do projeto.

A presente proposta terá três parceiros, Tiniguena como requerente, Bosque y Comunidade (ByC) e Barcelona Super Computing Center (BSC) como corequerentes.

Tiniguena, como principal solicitante do projeto, tem trabalhado na área de intervenção há mais de 20 anos com a gestão de vários projetos financiados pela UE como “Etikapun'ha-Urok” e “Gestão Transparente dos Recursos sustentáveis-II” estes dois projetos relacionadas à gestão de recursos naturais, agroecologia e serviços sociais básicos. Tiniguena também tem uma longa história de gestão de projetos na Guiné-Bissau e especialmente no arquipélago dos Bijagós, onde faz parte do “Comitê de Gestão Urok” (CGU) promovendo, através desta estrutura, a governação e gestão dos recursos naturais e o desenvolvimento local participativo. Com destaque para o apoio ao desenvolvimento dos sistemas produtivos da agricultura familiar baseados em técnicas agroecológicas. Esta ONG mantém igualmente uma excelente relação com outros atores da cooperação, o que favorece a harmonização, complementaridade e capitalização dos resultados do projeto. Assim, a Tiniguena encontra-se numa posição muito vantajosa como solicitante e a sua experiência de mais de 20 anos está fortemente ligada ao **Resultado 1. "Os agricultores de Urok adotam técnicas e sistemas de produção mais adaptados às alterações climáticas nos seus processos de produção"**. Neste Resultado, os grupos alvo serão o segmento mais vulnerável às alterações climáticas, mulheres e jovens agricultores de Urok. Que verão suas capacidades de produção agrícola fortalecidas e a comunidade de Urok ganhará resiliência às mudanças climáticas. Graças ao seu amplo conhecimento da realidade socioeconómica das ilhas e influência, irá facilitar e acompanhar os a implementação das actividades para os Resultados 2 e 3, **“Proposta de gestão territorial participativa no**

conjunto das ilhas de Urok (Formosa, Nago e Chediã)" e "Operacionalizado um serviço de previsão do clima duma parceria entre as instituições de pesquisa Barcelona Supercomputing center (BSC- CNS) e o Instituto Nacional de Meteorologia da Guiné-Bissau (INM-GB)".

Bosque y Comunidad é apresentado a esta convocatória como co-requerente, tendo uma longa história na Guiné-Bissau no fortalecimento institucional nos aspetos técnicos relacionados ao mapeamento e gestão participativa dos recursos florestais, com uma presença contínua a mais de 10 anos no país e tendo sido o principal solicitante em projetos como: **"Reforço do sistema de gestão e fiscalização dos recursos florestais e promoção da reflorestação para a sustentabilidade ambiental na Guiné-Bissau"** financiados pela Agência Andaluza de Cooperação Internacional e Desenvolvimento em que ByC liderou o treinamento em Sistemas de Informação Geográfica para funcionários da Direção Geral de Floresta e Fauna. Desta forma, a ByC encontra-se em posição de destaque para liderar o **Resultado 2 " Proposta de gestão territorial participativa no conjunto das ilhas de Urok (Formosa, Nago e Chediã)"**. Neste resultado 2 os beneficiários serão os grupos de agricultores do planalto (332), os jovens fruticultores (45) e as comunidades das três ilhas do Urok que irão beneficiar do ordenamento do território, e os técnicos da área protegida de Urok que verão suas capacidades técnicas fortalecidas resultando no global numa melhor gestão do espaço, aumento da produtividade agrícola a médio e longo prazo e uma menor vulnerabilidade às mudanças climáticas. De esta maneira contribui-se a continuidade do espaço protegido de Urok.

O terceiro socio e co-requerente é o Barcelona Supercomputing Center, o Centro Europeu de Supercomputação para a previsão do clima que possui uma vasta experiência na implementação de projetos de caracterização de variáveis climáticas, sempre com uma componente principal de formação técnica e transferência de conhecimento. Como exemplo, o BSC implementou o projeto **"Otimização da cadeia de valor completa dos serviços climáticos para a África do Sul"** financiado pela UE no qual o BSC desenvolveu serviços climáticos transferindo conhecimento para seus parceiros locais, este projeto pode se beneficiar da experiência adquirida pelo BSC-CNS em outros projetos europeus de serviços climáticos para a agricultura na área do Mediterrâneo e em particular o projeto FOCUS-África. Assim, o BSC encontra-se numa posição privilegiada para liderar o Resultado 3, que visa o lançamento de um serviço de previsão do tempo através de uma parceria com o Instituto de Meteorologia da Guiné-Bissau. Neste resultado 3, um dos grupos beneficiários mais destacados será o Instituto Nacional de Meteorologia da Guiné-Bissau, que irá beneficiar da formação técnica e transferência de conhecimentos promovida pelo BSC e também os agricultores das ilhas que iram beneficiar de um conhecimento da variação do clima que dará para tomar decisões de adaptação antecipando ou mitigando os seus efeitos negativos na produção de no se rendimento económico.

As entidades que participam na proposta consideram que a **monitoria e a avaliação** do grau de implementação e impacto do projeto devem ser um processo continuo e participativo desde o início, tendo como principais referências, a linha de base prevista em cada um dos resultados e o trabalho de identificação e desenho da presente proposta. Assim, utilizando de referência a matriz do projeto desenvolvida (quadro lógico) , na que se estabelecem indicadores para medir o grau de alcance sobre Objetivos, Resultados e Produtos, na Linha de base que será realizada no início da implementação, e outros indicadores que sejam propostos, serão estabelecidos **mecanismos de monitoria e avaliação** para poder avaliar de maneira objectiva se os indicadores estão a ser atingidos e se a metodologia de implementação está a ser correta, a partir das ferramentas de seguimento da qualidade da implementação criadas (relatórios, inquéritos, fotografias...).Nos encontros periódicos entre os parceiros, através do **comité de pilotagem do projeto**, serão revisitados os documentos de monitoria e avaliação, para analisar de forma conjunta e regular os progressos do projeto e os e efeitos/impacto, com base nos diferentes indicadores pré-estabelecidos, a usar para a **avaliação final**, na base dos critérios de avaliação da OCDE: - pertinência, eficácia, eficiência, impacto e sustentabilidade adaptados á Agenda 2030 e aos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável. Se prevê realizar esta avaliação no final do projeto, e trimestralmente as monitorias.É importante, destacar que ao parceiros e associados do projeto entendem a avaliação como um mecanismo de aprendizagem e prestação de contas, tanto para o doador, com o que se cumprirá com todas as obrigações estabelecidas, mas também para os titulares de direito, as comunidades rurais, as autoridades administrativas locais e o IBAP, na qualidade de entidade estatal tutelar das áreas protegidas. Assim se dará oportunidade para que conheçam o grau de alcance do projeto do qual foram parceiros e beneficiários, e possam contribuir com a sua opinião e orientação futura.

O projecto pretende assentar as bases para promover uma agricultura climáto-inteligente em todas as ilhas da AMPC Urok, e, sendo uma proposta piloto, **poderá futuramente ser um modelo a ser replicado** nas outras áreas protegidas do arquipélago e no país em geral.

O Resultado 1, visa as práticas de agricultura resiliente às mudanças climáticas com base na utilização das técnicas da agroecologia para mitigar os efeitos negativos das alterações climáticas. Esta aprendizagem será experimentada e partilhada através dos encontros entre os agricultores beneficiários diretos e participantes nos intercâmbios, serão difundidas nos medias locais e nacionais (rádios comunitárias e nacional), em encontros internacionais (presencial ou por videoconferências).

De igual modo, o resultado 2, o planeamento territorial, vai servir como exemplo para outras áreas protegidas e do país. Sendo acompanhado pelo Instituto das Áreas Protegidas (IBAP), também parte interessada na AMPC Urok, terão oportunidade de conhecer todos os procedimentos e avanços do projeto para depois capitalizar a experiência em outras áreas protegidas do país e espaços florestais do património nacional a proteger.

O resultado 3, o sistema de predição climática e disponibilização da informação para o uso dos agricultores, vai ser implementado na área de implementação do projeto conjuntamente com o INM-GB, além do instituto guineense ser formado sobre o uso desta ferramenta e divulgação no espaço Urok, terá a responsabilidade de capitalizar esta experiência para o resto do país. Deste jeito, todos os produtos, assim como os procedimentos para atingir os resultados vão ser transferidos aos beneficiários e actores envolvidos no projecto. Mas também, a sua difusão. Não obstante, as acções e os resultados vão ser divulgados continuamente a través das redes sociais dos requerentes, a través dos meios de comunicação de Guiné-Bissau, assim como numas jornadas de divulgação que serão feitas no final do projecto para cada um dos resultados. Nestas jornadas os resultados e os objetivos atingidos serão apresentados a todas as pessoas interessadas, incluindo as beneficiárias. Os meios o procedimentos também serão partilhados nestas jornadas e estarão disponíveis publicamente.

A proposta prevê a realização de um **estudo de linha de base**, através da contratação de uma entidade ou pessoas externas que permitam contribuir ao trabalho de identificação e desenho realizado pelas entidades sócias do projeto. Estas entidades acompanharão á equipa para elaboração da linha de base durante todo o processo, contribuindo com a informação levantada para a realização da presente proposta. O parceiros de implementação acompanharão, facilitando a realização do estudo de linha de base, tanto a nível logístico como informativo e, aproveitarão este processo como uma etapa de aprendizagem que será utilizada na implementação posterior. Será igualmente realizado um **estudo das emissões de carbono** tanto no início como no final do projecto, a fim de quantificar a redução das emissões de carbono do projecto e a sua contribuição para a mitigação das mundanças climáticas (ver atividad A1.6).

Durante a implementação está previsto o uso de ferramentas internas de avaliação, relatórios, inquéritos, fotografias, e encontros mensais, trimestrais, semestrais e anuais. Que permitam á equipa avaliar essas ferramentas e a sua efetividade para alcançar os objetivos do projeto, permitindo aplicar novas orientações e metodologias se for necessário. É importante destacar o envolvimento das autoridades locais e dos/as próprios beneficiários/as do projeto que serão informados sobre o avanço deste, auscultado o seu parecer em relação à metodologia. No final do projeto, será contratada uma equipe de avaliação externa que permita avaliar o projeto, com base nos critérios de pertinência, eficácia, eficiência, impacto e sustentabilidade adaptados á Agenda 2030 e os ODS. Esta equipa será acompanhada pelos parceiros do projeto quem apoiará a nível logístico, da sugestão de agenda e contatos, acompanhamento a encontros se a equipa de avaliação considerar oportuno. Todas a informação e documentação desta será capitalizada, como uma oportunidade de aprendizagem e prestação de contas.

A **divulgação dos resultados** do projeto e sua visibilidade são fundamentais para beneficiar não apenas a comunidade local, mas também levar a experiência do projeto para a comunidade que desenvolve serviços climáticos na África. Para alcançar esta comunidade, a Tiniguena, a Bosque y Comunidad e a BSC-CNS garantirão que o projeto seja representado em conferências relevantes, como Adaptation Futures ou ICCS.

Quando pertinente, os resultados da coprodução serão publicados em revistas científicas para compartilhar o aprendizado globalmente.

Agrupamento e sinergias com outros projetos serão levados em consideração, e encorajados a estabelecer redes que conectem o projeto com outras atividades europeias de pesquisa e inovação, promovendo a colaboração, bem como a ligação com o Quadro Global para Serviços Climáticos (GFCS).

Para facilitar a **visibilidade** do projeto, as redes sociais da Tiniguena, da Bosque y Comunidad e da BSC-CNS serão capitalizadas, incluindo Twitter, Facebook, Instagram e site das instituições, quando houver informações relevantes que possam ser compartilhadas. Também vai ser criado um “wiki” onde partilhar as informações do projeto online, de forma que estas sejam accesíveis para todos os interessados.

O roteiro final é um documento de **capitalização** que pode ser de grande interesse não só para Urok e a nível nacional, mas também para outras regiões de África. Uma vez elaborado, será preparada uma estratégia de divulgação adequada tanto a nível europeu como africano. Também será celebrado um evento para a divulgação deste documento.

Em cumprimento com a política de visibilidade da EU, a **estratégia de visibilidade** passará por:

- Jornadas de início e final de projecto.
- Boletins periódicos.
- Publicações em papers.
- Medias de comunicação da Guiné-Bissau.
- Informação nas redes sociais com informação actualizadas à medida do avanço do projeto.

- Aproveitar os espaços comunitários (reuniões do CGU e nas tabancas, Assembleia- geral e insular Urok) para divulgar as informações e progressos do projeto.
- Poster e placas de visibilidade nas realizações do projeto.

2.1.3. Programa de trabalho indicativo relativo à implementação da ação (4 páginas no máximo)

Ano 1													
	Semestre 1						Semestre 2						
Atividade	Mês 1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	Órgão de execução
A0. Criação duma linha de base													Assistência técnica
A1. Criar sistemas de produção agrícola familiar inteligentes ao clima													**Tiniguena**
A1.1 Promover as práticas de cultivo agroecológico nas hortas colectivas de horticultura e quintais de casa													Tiniguena
A1.2 Promover a adoção de sistemas agroflorestais nos sistemas de cultivo de planalto.													Tiniguena
A1.3 Incentivar a diversificação de culturas anuais e perenes no cultivo de planalto.													Tiniguena
A1.4. Apoiar o acesso a meios de produção e apoiar a melhoria dos espaços de horticultura e de cultivo de arroz inundado													Tiniguena
A1.5. Disseminar as práticas de agricultura inteligente em todo o espaço da AMPC Urok													Tiniguena
A1.6. Estudo de emissãos de carbono													Tiniguena e ByC
A2. Elaborar proposta de gestão territorial participativa da parte terrestre para o conjunto de Ihas Urok													**Bosque y Comunid**
A2.1. Criação de um espaço de intercâmbio e consulta entre a população, as entidades de													Bosque y Comunidad/ Tiniguena

administração territorial, a Tiniguena e a equipa técnica do Bosque y Comunidade													
A2.2. Levantamento dos dados geográficos do território e geo-referenciamento do espaço terrestre.													Bosque y Comunidad/ Tiniguena
A2.3 Elaboração da cartografia do zoneamento e proposta de gestão do espaço terrestre da AMPC Urok													Bosque y Comunidad
A2.4. Validação e apresentação dos resultados em formato adaptado da proposta de zoneamento territorial e do uso do solo acordado.													Bosque y Comunidad /Tiniguena/
A.3 Produzir e disponibilizar informações dobre o clima susceptíveis de permtir uma tomada de decisão dos agricultores familiares das ilhas Urok													**BSC**
A3.1 Capacitação dos Técnicos Instituto Nacional de Meteorologia da Guiné-Bissau (INM-GB) para a coprodução de serviços climáticos na zona de intervenção													BSC/INM-GB
A3.2 Identificação e co-concepção de informações sobre o clima relevantes para os agricultores no domínio do interesse													BSC/Tiniguena/Bosque y Comunidad
A3.3 Identificação e avaliação das previsões climáticas sazonais para a área de intervenção													BSC

O programa de trabalho deve ser elaborado de acordo com o modelo seguinte:

Para os anos seguintes: Ano 2									
	Semestre 3	Semestre 4*	5	6	7	8	9	10	Órgão de execução
A1. Criar sistemas de produção agrícola familiar inteligentes ao clima									Tiniguena
A1.1 Promover as práticas de cultivo agroecológico nas hortas coletivas de horticultura e quintais de casa									Tiniguena
A1.2 Promover a adoção de sistemas agroflorestais nos sistemas de cultivo de planalto.									Tiniguena
A1.3 Incentivar a diversificação de culturas anuais e perenes no cultivo de planalto.									Tiniguena
A1.4. Facilitar o acesso a meios de produção e apoiar a melhoria dos espaços de horticultura e de cultivo de arroz inundado									Tiniguena
A1.5. Informar e Disseminar as práticas de agricultura inteligente em todo o espaço da AMPC Urok									Tiniguena
A.1.6. Estudo de emissãos de carbono.									Tiniguena/ByC
A2. Elaborar proposta de gestão territorial participativa da parte terrestre para o conjunto de Ihas Urok									ByC
A2.5 Disseminação dos mapas de zoneamento e ocupação do solo da AMPC Urok									ByC e Tiniguena

A.3 Produzir e disponibilizar informações dobre o clima susceptíveis de permtir uma tomada de decisão dos agricultores familiares das ilhas Urok									BSC
A3.3 Identificação e avaliação das previsões climáticas sazonais para a área de intervenção.									BSC
A3.4 Acompanhamento dos técnicos do Instituto Nacional de Meteorologia da Guiné-Bissau para a implementação de um serviço climático									BSC/INM-GB
A3.5 Disseminar o roteiro de implementação do sistema de previsão climática nas Ilhas de Urok em Guiné-Bissau e atividades de cocriação do serviço agroclimático									BSC/Bosque y Comunidad

* O projecto tem uma duração de 20 meses, pelo que dentro do semestre 4 apenas os dois primeiros meses devem ser considerados.

2.1.4. A sustentabilidade da ação (3 páginas no máximo)

Espera-se que o projeto tenha um impacto positivo na população-alvo, aumentando a capacidade de adaptação dos agricultores às mudanças climáticas, especialmente aos grupos mais vulneráveis como mulheres e jovens, garantindo a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental dos sistemas de agricultura familiar.
A curto prazo, a população beneficiará de uma melhoria na rentabilidade das atividades agrícolas graças ao aumento da produção de arroz e produtos hortícolas. A médio e longo prazo, aumentará a resiliência face às alterações climáticas devido aos efeitos positivos das medidas realizadas sobre a utilização dos recursos naturais e a sustentabilidade das atividades produtivas graças à diversificação das culturas, à promoção de boas práticas culturais, a implementação de soluções inovadoras como o início de um serviço local de previsão agroclimático, o ordenamento do território do complexo UROK e a redução do desmatamento, através de implantação de sistemas agroflorestais. Os principais beneficiários destas ações serão principalmente mulheres e jovens, sendo os dois segmentos da sociedade mais vulneráveis e que dedicam mais tempo à atividade agrícola.

Este projeto tem também uma componente de fortalecimento das instituições públicas, uma vez que o Instituto Nacional de Meteorologia da Guiné-Bissau (INM-GB) será treinado para que possa aceder, interpretar e utilizar as previsões climáticas atualmente disponíveis a partir de fontes abertas e gratuitas. A estrutura de gestão da área protegida de Urok também se verá fortalecido graças à maior implicação em espaços de tomada de decisão em nível comunitário, capacitação técnica, e valorização dos recursos do complexo UROK.
O projeto espera produzir impactos a nível ambiental, através da diminuição das taxas de desmatamento, devido a uma maior eficiência das técnicas de cultivo e do ordenamento do território terrestre. Esses efeitos serão multiplicados pelo componente mais inovador do projeto, a previsão da variabilidade climática, graças à qual as outras atividades poderam ser mais eficientes desde um ponto de vista climático. Além disso, o

roteiro desenvolvido nesta proposta permitirá o desenvolvimento de um sistema operacional de previsão climática, lançando as bases para que este sistema chegue aos agricultores, que poderão ter esta informação em conta nas suas decisões.

Os **principais riscos** associados à implementação na integra das ações do projeto estão relacionados com os riscos de contaminação provocada pelo covid-19, e os condicionalismos à implementação de algumas atividades. Nomeadamente, as que requerem deslocações, ajuntamentos de pessoas para que se possa partilhar informações, transmissão de conhecimento, concertação e negociações durante a elaboração da cartografia participativa.

Riscos	Medidas Preventivas
R1. Riscos de contaminação dos participantes nas acções de formação nos campos experimentais. Apesar não terem sido registados casos de contaminação em Urok, este risco é um fator comum, dados os casos existentes no resto do país, e ao fraco controlo de pessoas na circulação entre as ilhas e o continente.	As medidas preventivas serão a sensibilização dos participantes para a adoção das medidas de proteção e disseminação das mesmas no seio familiar e tabanca. Respeito do distanciamento social, a obrigatoriedade de desinfeção das mãos à entrada dos recintos de cultivo, onde serão instalados depósitos com água e sabão, a redução do numero de participantes em cada acção ao máximo de 15 formandos.
R2. O fator insular do complexo UROK condiciona a instalação por períodos prolongados e deslocações entre ilhas e com a parte continental, podendo condicionar a programação e implementação de algumas acções planificadas no âmbito da gestão territorial, nomeadamente, os workshops nas tabancas.	Este risco será mitigado com a utilização das instalações da área protegida (casas de passagens) e as embarcações da Tiniguena que cumprem os elevados padrões de segurança no transporte de técnicos do projeto do continente para as ilhas e entre as ilhas
R3. Impedimento de deslocação dos técnicos da BSC-CNS devido às restrições de viagens intercontinentais, causadas pelo agravamento da pandemia	Este risco ser minimizado por acções de formação à distancia, online por intermedio das vídeo conferencias com a equipa do INM-GB, responsável pela produção dos dados climáticos. Todo o material produzido pelo BSC-CNS será acedido online.

A situação política na Guiné-Bissau, derivada das constantes crises politicas que o país tem vivido na ultima década, pode representar um risco para o desenvolvimento de uma parceria institucional estável e duradoura com algumas instituições públicas.

Em relação à sustentabilidade da acção:

a. **Sustentabilidade financeira:** As técnicas agroecológicas precisam de poucos recursos financeiros, o que aumenta a sustentabilidade de estas atividades. En quanto a R2, a aprovação da proposta posterior não precisa de recursos económicos e a implementação corre por conta da AMPC, que tem a sua própia financiação. Além, as atividades propostas no plano de gestão territorial não contemplaram grandes infraestruturas que precisem duma grande inversão financeira. Por último, a continuação do R3 será a posta em prática pelo INM-GB do roteiro elaborado no projeto. Neste roteiro será explicado como continuar com a implementação do sistema de previsão climática e como fazer a difusão aos agricultores. O sistema e previsão climática vai utilizar informação disponível gratuita Copernicus e a difusão aos agricultores vai ser feita da forma mais simples e económica possível, como os programas radiofónicos.

b. **Sustentabilidade institucional:** A sustentabilidade institucional do projeto é um dos aspetos chave do projeto. Muitas das ações contempladas no projeto são o reforço das capacidades técnicas dos agricultores da ilha, o reforço e criação de capacidades técnicas das instituições públicas (técnicos do AMPC e INM), a celebração de acordos de gestão territorial e o reforço das estruturas de previsão do clima. O formato escolhido para chegar a acordos com a população local facilitará sua apropriação e replicabilidade, já que a própria população beneficiária ficará encarregada de propor os usos do solo, sua validação e a coleta de dados geográficos, sempre com o monitoramento do Bosque y Comunidad e Tiniguena. Respeito à área de previsão meteorológica, será criada uma folha de roteiro com recursos de livre acesso online para que o INM-GB possa continuar a construir e fortalecer suas capacidades no campo do desenvolvimento e distribuição de serviços agro-climáticos de forma contínua no tempo.

O curto espaço de tempo em que se dá a ação do projeto, e o facto da transferência de conhecimentos e a apropriação e acompanhamento são processos de médio a longo prazo. Esta necessidade obriga ao acompanhamento do processo além do seu período de duração. Felizmente, a experiência de 25 anos de Tiniguena no arquipélago e a capacidade de manter no terreno uma equipa de gestão da AMPC que acompanha o funcionamento da estrutura de gestão e as actividades de desenvolvimento, permitirá assegurar o apoio técnico aos agricultores no período pós projeto.

c. **Sustentabilidade política:** O projeto tem uma componente de sustentabilidade política, uma vez que terá impacto na capacidade dos servidores públicos de prestar um serviço fundamental aos beneficiários do projeto, o fortalecimento institucional para a criação de um serviço de previsão do tempo terá um impacto estrutural e funcional. Principalmente no INM-GB e nos sistemas de governança das Ilhas Urok reforçando a capacidade de gestão do Comitê de Gestão do Urok (CGU).

d. **Sustentabilidade ambiental**: O componente de sustentabilidade ambiental é o eixo principal do projeto. O impacto no meio ambiente e nas emissões de carbono será claramente positivo. Cada ação do projeto está focada no combate às mudanças climáticas, o exemplo mais visível disso é a deteção e monitoramento da variabilidade do clima no complexo UROK através do reforço das estruturas de deteção do clima e treinamento técnico. Esse monitoramento tem como objetivo ajudar os agricultores das ilhas, organizando a agricultura e um modo de vida mais resistente às mudanças climáticas e mais eficiente no uso dos recursos naturais. Ações como a reabilitação de campos de fruticultura no planalto, gestão do uso do solo, treinamento em técnicas agroflorestais sustentáveis e promoção da redução do desmatamento irão reduzir as emissões de carbono e evitar o ciclo de " corte e queima ". A promoção de boas práticas culturais e a melhoria da gestão dos escassos recursos hídricos das ilhas contribuirão também para um impacto positivo no ambiente. . Uma correta gestão territorial das zonas terrestres da área protegida também contribuirá a reduzir o desmatamento e, então, a mitigar às mundanças climáticas. A simples replicabilidade do projecto noutras áreas, especialmente nas Ilhas, poderá causar um efeito multiplicador que aumentará o impacto ambiental do projeto.

e. A forma de **capitalização** dos resultados será composta por diversos canais para que informações constantes e transparentes sobre as atividades sejam oferecidas à sociedade. As ações do projeto serão disseminadas nas redes sociais da ByC, Tiniguena e BSC, conseguindo assim um efeito multiplicador no espaço digital tanto em África como em Europa. Os resultados do projeto bem como as metodologias aplicadas serão apresentados em congressos científicos e em espaços de divulgação relacionados com o tema do projeto. Com a liderança do BSC, entidade de grande prestígio e experiência no meio científico. Ao nível local e comunitário, prevê-se a produção de cartazes, notícias em rádios nacionais e regionais e materiais audiovisuais nas zonas afetadas pelo projeto, o que constitui um meio clássico de divulgação de informação, mas já comprovado e eficaz na experiência dos implementadores do projeto.

Cada um dos resultados tem atividades de **divulgaçã**o dos resultados. As informações sobre técnicas de agricultura inteligente ao clima vão ser divulgada através de programas radiofónicos para alcançar o maior número de pessoas possível e assim aumentar o impacto do projeto. Também vai ser divulgado a proposta de gestão territorial participativa (mapas de zoneamento e regras básicas) através de cartazes que seram colocados nas instalações da sede da AMPC, do IBAP e nas tabancas e através de umas jornadas que serão realizadas em Bissau. Quanto ao sistema de previsão climática, vai ser celebrado um evento de apresentação dos resultados da avaliação do sitema de previsão climática preliminar e da folha de roteiro para continuar com a implementação deste sistema a nivel das ilhas e também de Guinea Bissau. Esta folha de roteiro também estará disponível para todas aquelas pessoas e instituções interessadas, da Guiné-Bissau e da comunidade internacional de serviços climáticos, com quem BSC trabalha.

Todas as atividades desta proposta são replicáveis noutras áreas de Guiné-Bissau e também doutros países, é por isso, que não só os resultados seram divulgados, mas também os processos para atingir-los.

2.1.5. Quadro lógico

Em Anexo C.

2.1.6. O orçamento, o montante solicitado à entidade adjudicante e as outras fontes de financiamento previstas

Em Anexo B.

3 O REQUERENTE PRINCIPAL[24]

Nome da organização	Tiniguena - Esta terra e nossa

3.1. Identidade

Informações de contacto do requerente principal no quadro da presente ação	debarros.miguel@gmail.com
Número de ficha de entidade jurídica[25]	GW-2009-CUO-2404967786
Abreviatura	
Número de registo (ou equivalente)	
Data do registo	17/2/1992
Local de registo	Bissau
Endereço oficial de registo	Av. Caetano Semedo Bairro de Belém, Complexo Las Palmeras, Republica de Guine-Bissau
País de registo[26]	Guiné-Bissau
Sítio Internet e endereço eletrónico da organização	http://www.tiniguenagb.org/
Número de telefone: Código do país + código da cidade + número	+245 955 489 766 / 966 735 111
Número de fax: Código do país + código da cidade + número	

A entidade adjudicante será informada de qualquer alteração de endereço, número de telefone, número de fax, endereço eletrónico, entre outros. Em caso de impossibilidade de contactar o requerente, a entidade adjudicante não será responsabilizada.

[24] Não se esqueça de enviar os formulários que contêm os dados da organização (anexo F) destinados ao requerente principal, a cada co-requerente e a cada entidade afiliada, juntamente com o formulário de pedido completo.

[25] Se o requerente principal já tiver assinado um contrato com a Comissão Europeia.

[26] Para as organizações.

4 O(S) CO-REQUERENTE(S)

Esta rubrica deve ser preenchida por cada requerente, nos termos do ponto 2.1.1 das diretrizes destinadas aos requerentes. É necessário reproduzir esta tabela tantas vezes quantas forem necessárias para adicionar mais co-requerentes.

	Co-requerente n° 1
Nome da organização	Bosque y Comunidad
Informações de contacto do co-requerente no quadro da presente ação	Cristina Gandía cgandia@bosqueycomunidad.org
Número de ficha de entidade jurídica[27]	E10251445
Abreviatura	ByC
Número de registo (ou equivalente)	111447
Data do registo	22/07/1992
Local de registo	Córdoba
Endereço oficial de registo	Dpto.Ingeniería Forestal. Edificio Leonardo da Vinci. Campus de Rabanales 14071 Córdoba
País de registo[28]**/**	Espanha
Sítio Internet e endereço eletrónico da organização	www.bosqueycomunidad.org info@bosqueycomunidad.org
Número de telefone: Código do país + código da cidade + número	+0034 957 218381
Número de fax: Código do país + código da cidade + número	
Estatuto jurídico	ONGD/associação
Natureza	□ Política □ Religiosa □ Humanitária X Neutra
Será que a sua organização está ligada a uma outra entidade?	□ Sim, a entidade fundadora: (queira especificar o seu número de identificação EuropeAid: ……) □ Sim, uma (ou mais) entidade(s) controlada(s)

[27] Se o co-requerente já tiver assinado um contrato com a Comissão Europeia.

[28] Para as organizações.

	□ Sim, uma organização familiar/ uma entidade de rede[29] X Não, trata-se de uma entidade independente
Histórico da cooperação com o requerente	Identificação e desenho da proposta Matú Malgós. Melhora da governança na gestão dos recursos naturais através da participação da sociedade civil e com enfoque de gênero em Guiné Bissau.
Categoria (ver o ponto 3.2.1)	ONGD
Sector(es) (ver o ponto 3.2.2)	Projetos integrados de desenvolvimento rural em câmbio climático.
Grupo(s)-alvo (ver o ponto 3.2.3)	Instituições públicas e comunidades rurais.

	Co-requerente n° 2
Nome da organização	Barcelona Supercomputing center-centro Nacional de Supercomputación
Informações de contacto do co-requerente no quadro da presente ação	Isadora Jimenez isadora.jimenez@bsc.es
Número de ficha de entidade jurídica[30]	PIC number 999655520
Abreviatura	BSC
Número de registo (ou equivalente)	BOE num 281 24 November 2005
Data do registo	01/04/2005
Local de registo	Espanha
Endereço oficial de registo	Jordi Girona 31, 08034 Barcelona
País de registo[31]/	Espanha
Sítio Internet e endereço eletrónico da organização	www.bsc.es
Número de telefone: Código do país + código da cidade + número	(+34) 93 413 77 16

29

30 Se o co-requerente já tiver assinado um contrato com a Comissão Europeia.

31 Para as organizações.

Número de fax: Código do país + código da cidade + número	(+34) 93 413 77 21
Estatuto jurídico	Public Consortium
Natureza	□ Política □ Religiosa □ Humanitária X Neutra
Será que a sua organização está ligada a uma outra entidade?	□ Sim, a entidade fundadora: (queira especificar o seu número de identificação EuropeAid: ……) □ Sim, uma (ou mais) entidade(s) controlada(s) □ Sim, uma organização familiar/ uma entidade de rede[32] X Não, trata-se de uma entidade independente
Histórico da cooperação com o requerente	
Categoria (ver o ponto 3.2.1)	Institución científica y de investigación
Sector(es) (ver o ponto 3.2.2)	Investigación medioambiental y de cambio climático
Grupo(s)-alvo (ver o ponto 3.2.3)	Stakeholders de Agricultura, Stakeholders de Energías renovables, Administración pública local, regional, nacional y Europea, otros grupos de investigación

Nota importante: Este formulário de pedido deve ser datado, assinado e acompanhado de uma procuração de cada um dos co-requerentes, de acordo com o modelo fornecido abaixo.

32

Mandate (for the co-applicant(s))

The co-applicant authorise the principal applicant **ONG Tiniguena "Esta Terra é Nossa"** to send on their behalf this application form and to sign on their behalf the grant contract template (Annex G of the guidelines for applicants) (or a funding agreemen**t, if applicable) with** Expertise France L'agence française de coopération technique internationale (hereinafter: the contracting authority), and to be represented by the Principal Applicantfor all issues relating to this grant contract.

We have read and approved the content of the proposal submitted to the Contracting Authority. We are committed to abiding by the principles of good partnership practice.

Name :	Prof. Mateo Valero Cortés
Organisation :	Barcelona Supercomputing Center-Centro Nacional de Supercomputación (BSC)
Location :	C/ Joprdi Girona 20, Barcelona 08034 (Spain)
Signature :	Barcelona Supercomputing Center Centro Nacional de Supercomputación
Date and place :	Barcelona, 13 October 2020

Nome completo:	Cecilia Riccioli
Organização:	Bosque y Comunidad
Localização:	Edificio Leonardo da Vinci, Campus de Rabanales, Córdoba, Espanha
Assinatura:	BOSQUE Y COMUNIDAD
Data e local:	Córdoba, 14 de Outubro de 2020

5 ENTIDADE(S) AFILIADA(S) QUE PARTICIPA(M) NA AÇÃO

5.1. Descrição da(s) entidade(s) afiliada(s)

Esta rubrica deve ser preenchida por cada entidade afiliada, nos termos do ponto 2.1.2 das orientações destinadas aos requerentes. É necessário reproduzir esta tabela tantas vezes quantas forem necessárias para adicionar uma entidade afiliada.

	Entidade afiliada nº 1
Designação completa	
Data do registo	
Local de registo	
Estatuto jurídico	
Natureza	□ Política □ Religiosa □ Humanitária □ Neutra
Desde que os critérios e as condições para o reconhecimento do estatuto de entidade afiliada[33] sejam respeitados, queira especificar a entidade a que está associado (requerente principal/co-requerente), descrevendo a natureza específica da afiliação (por exemplo, entidade fundadora, organização familiar/ entidade de rede, etc.) e, se aplicável, o seu número de identificação EuropeAid.	
Endereço oficial de registo[34]	
País de registo[35]	
Pessoa de contacto	
Número de telefone: Código do país + código da cidade + número	
Número de fax: Código do país + código da cidade + número	
Correio eletrónico	
Número de empregados	

[33] Tal como descrito no ponto 2.1.2 das orientações destinadas aos requerentes.

[34] Se não estiver registado num dos países referidos no ponto 2.1.1 das directrizes destinadas aos requerentes, queira justificar a escolha do país.

[35] Para as organizações.

Histórico da cooperação com o requerente principal / co-requerente	
Categoria (ver o ponto 3.2.1)	
Sector(es) (ver o ponto 3.2.2)	
Grupo(s)-alvo (ver ponto o 3.2.3.3)	

Nota importante: O presente formulário de pedido deve ser acompanhado de uma declaração datada e assinada por cada entidade afiliada, em conformidade com o modelo fornecido abaixo.

5.2. Declaração da(s) entidade(s) afiliada(s)

A fim de assegurar o bom funcionamento da ação, a Expertise France (entidade adjudicante) exige que todas as entidades afiliadas tomem nota dos seguintes princípios.

1. Qualquer(') entidade(s) afiliada(s) deve(m) ter lido as orientações destinadas aos requerentes e o formulário de financiamento e ter tomado conhecimento do seu papel na ação antes de o pedido ser apresentado à entidade adjudicante.
2. Qualquer entidade afiliada deve ter lido o modelo do contratode subvenção (ou, quando aplicável, o contrato de financiamento) e compreendido as respetivas obrigações nos termos do acordo se for concedida uma subvenção. Autorizam a organização a que estão afiliados a assinar o contrato com a entidade adjudicante em seu nome e a representá-las em todas as relações com a entidade adjudicante no âmbito da implementação da ação.
3. A(s) entidade(s) afiliada(s) deve(m) estabelecer consultas regulares com a organização a que está(ão) afiliada(s), que, por sua vez, as manterá plenamente informadas da evolução da ação.
4. Qualquer(quaisquer) entidade(s) afiliada(s) deve(m) receber cópias dos relatórios — descritivos e financeiros — enviadas à entidade adjudicante.
5. As propostas de alterações substanciais da ação [por exemplo, alterações das atividades suscetíveis de afetar o objetivo principal da ação, a(s) entidade(s) afiliada(s), etc.] devem ser aceites pela(s) entidade(s) afiliada(s) antes de serem apresentadas à entidade adjudicante.

Lemos e aprovámos o conteúdo da proposta apresentada à entidade adjudicante. Comprometemo-nos a respeitar os princípios de boa prática de parceria.

Nome completo:	
Organização:	
Localização:	
Assinatura:	
Data e local:	

6 EMPRESAS ASSOCIADAS QUE PARTICIPAM NA AÇÃO

Esta rubrica deve ser preenchida por cada organização associada, nos termos do ponto 2.1.3 das orientações destinadas aos requerentes. É necessário reproduzir esta tabela tantas vezes quantas forem necessárias para adicionar mais asociados.

	1 de empresas associadas
Designação completa	INSTITUTO DE METEOROLOGIA DE GUINÉ-BISSAU
País de registo	GUINÉ-BISSAU
Estatuto jurídico[36]	INSTITUIÇÃO ESTATAL DA GUINÉ-BISSAU
Endereço oficial	Avenida do Brasil; Cx.P. 75 1038 Cedex
Pessoa de contacto	JOAO LONA TCHEDNA
Número de telefone: Código do país + código da cidade + número	95 542 20 07 / 96 66 869 988
Número de fax: Código do país + código da cidade + número	
Correio eletrónico	dgmeteobissau@yahoo.fr J_lona@yahoo.fr
Número de empregados	80
Experiência adquirida no âmbito de ações semelhantes relacionadas com o papel desempenhado na implementação da ação proposta	Serviço do estado responsável para a informação climática nacional. Disponibilização de serviços climáticos a nível nacional. Serviço de meteorologia.
Histórico da cooperação com o requerente	
Papel e participação na preparação da ação proposta	BENEFICIÁRIO/ASSOCIADO
Papel e participação na implementação da ação proposta	Beneficiário das formações sobre previsões climáticas, parte ativa junto com o BSC do desenvolvimento dum sistema de previsão climática preliminar e recetor e responsável da sustentabilidade do roteiro climático desenhado pela BSC.

[36] Por exemplo, organização sem fins lucrativos, agência governamental, organização internacional.

	2 de empresas associadas
Designação completa	Comité de gestão da AMPC Urok
País de registo	GUINÉ-BISSAU
Estatuto jurídico[37]	ÓRGÃO DE GOVERNANÇA DE ÁREA PROTEGIDA DE AMPC UROK
Endereço oficial	UROK
Pessoa de contacto	TINIGUENA
Número de telefone: Código do país + código da cidade + número	+245 95 548 97 66
Número de fax: Código do país + código da cidade + número	
Correio eletrónico	debarros.miguel@gmail.com
Número de empregados	
Experiência adquirida no âmbito de ações semelhantes relacionadas com o papel desempenhado na implementação da ação proposta	Responsável da implementação da gestão de recursos naturais da área protegida
Histórico da cooperação com o requerente	15 anos de implementação de projetos de gestao de recursos naturais e desenvolvemento sustentavel no espaço da intervençao.
Papel e participação na preparação da ação proposta	BENEFICIÁRIO/ASSOCIADO
Papel e participação na implementação da ação proposta	Beneficiário da ação. Acompanhará a execução das atividades dando apoio logístico e técnico quando necessário.

[37] Por exemplo, organização sem fins lucrativos, agência governamental, organização internacional.

7 LISTA DE VERIFICAÇÃO RELATIVA AO FORMULÁRIO DO PEDIDO COMPLETO

17DDU0C004 - INOVAÇÕES PARA UMA AGRICULTURA FAMILIAR INTELIGENTE FACE ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS NA ÁFRICA OCIDENTAL GCCA+ AO

INFORMAÇÕES ADMINISTRATIVAS	
Nome do requerente principal	ONG Tiniguena *''Esta Terra é Nossa''*
País e data de registo[38]	Guiné-Bissau,
Número de ficha de entidade jurídica[39]	GW-2009-CUO-2404967786
Estatuto jurídico[40]	Associação/Organização não governamental (ONG)
Co-requerente 1 [41]	
Nome do(s) co-requerente(s)	Bosque y Comunidad
País e data de registo	Espanha, 22/07/92
Número de ficha de entidade jurídica (se disponível)	
Estatuto jurídico	Associação/Organização não governamental (ONG)
Co-requerente 2	
Nome do(s) co-requerente(s)	Barcelona Supercomputing Center - Centro Nacional de Supercomputación (BSC-CNS)
País e data de registo	Espanha, 01/04/2005
Número de ficha de entidade jurídica (se disponível)	
Estatuto jurídico	Consórcio público/Instituto de investigação
Entidades afiliadas[42]	
Nome da entidade afiliada	
País e data de registo	
Estatuto jurídico:	
Especificar a entidade à qual está afiliado (o requerente principal e/ou co-requerentes).	
Especificar o tipo de afiliação que tem com esta entidade.	

[38] Para as organizações.
[39] Se o requerente principal já tiver assinado um contrato com a Comissão Europeia.
[40] Por exemplo, organização governamental, sem fins lucrativos ou internacional.
[41] Acrescentar tantas linhas quantos os co-requerentes.
[42] Acrescentar tantas linhas quantos as entidades afiliadas.

ANTES DE ENVIAR A SUA PROPOSTA, QUEIRA VERIFICAR SE OS SEGUINTES CRITÉRIOS ESTÃO COMPLETAMENTE PREENCHIDOS E ASSINALE-OS.	**Assinale os elementos abaixo**	
Designação da proposta: "Tiban ankaterô". Integração de aspetos culturais, agroecológicos, territoriais e climáticos para uma agricultura familiar resiliente ao clima nas ilhas de Urok. Guiné-Bissau.	**Sim**	**Não**
SEÇÃO 1 (ADMINISTRATIVA) **1. O formulário de pedido de subvenção adequado foi utilizado.**	X	
2. A declaração do requerente principal foi preenchida e assinada.	X	
3. A proposta foi elaborada em inglês, francês ou português.	X	
4. O e-mail enviado especifica o número de referência e o número do convite à apresentação de propostas, o número que lhe será atribuído na sequência da avaliação da nota sucinta de apresentação, o país abrangido pela ação , o lote , o nome completo e o endereço do requerente principal. **O e-mail é , de facto, dirigido a app2.gccaplus.ao@expertisefrance.fr**	X	
5. Cada co requerente completou e assinou o mandato que é anexado.	X	
6. Cada entidade afiliada preencheu e assinou a declaração relativa às entidades afiliadas e as declarações encontram-se em anexo. Marque a menção «Não aplicável» (NA) se não tiver entidade (s) afiliada (s).	X	
7. O orçamento encontra-se em anexo, estabelecido de maneira equilibrada, apresentado no formato exigido e avaliado em euros.	X	
8. As cópias dos 3 últimos estados financeiros do requerente principal encontram-se em anexo.	X	
9. O quadro lógico foi completado e encontra-se em anexo.	X	
PARTE 2 (ELIGIBILIDADE) **10. A ação será realizada unicamente num dos países elegíveis.**	X	
11. A ação durará entre 12 meses e 20 meses (os prazos mínimos e máximos autorizados).	X	
12. O financiamento da UE necessário eleva-se entre 150.000 e 230.000 euros (o mínimo e o máximo autorizados).	X	
13. O financiamento da UE necessário varia entre 55% a 80% ou 90% do total dos custos elegíveis, em conformidade com o disposto no nº 3 do artigo 1º das orientaçoes (percentagem máxima e mínima autorizadas)[43].	X	
14. O orçamento prevê uma dotação mínima, justificada e detalhada de 15% destinada a atividades de capitalização, partilha de conhecimentos e acompanhamento-avaliação (incluindo o estudo de situação de referência o linha de base e a avaliação final).	X	
15. O quadro lógico integra os indicadores comuns obrigatórios enunciados nas orientaçoes.	X	
16. O financiamento necessário não foi alterado em mais de 20% em relação ao montante necessário na fase da nota sucinta de apresentação.	X	

[43] Se for caso disso, acrescentar uma percentagem do total dos custos aceites.

8 DECLARAÇÃ O DO REQUERENTE PRINCIPAL (PEDIDO COMPLETO)

O requerente principal, representado pelo abaixo assinado na qualidade de signatário autorizado pelo requerente principal, no âmbito do presente convite à apresentação de propostas, em representação de cada co-requerente(s) e entidade(s) afiliada(s) potenciais, declara o seguinte:

- o requerente principal dispõe das fontes de financiamento referidas no ponto 2 das orientações destinadas aos requerentes;
- o requerente dispõe de uma capacidade financeira suficiente para levar a bom termo a ação ou o programa de trabalho proposto;
- o requerente principal certifique as formas jurídicas do requerente principal, do(s) co-requerente(s) e da(s) entidade(s) afiliada(s), conforme comunicado nas seções 3, 4 e 5 do presente pedido;
- o requerente principal, o(s) co-requerente(s) e a(s) entidade(s) afiliada(s) possuem as competências e qualificações profissionais especificadas no ponto 2 das orientações destinadas aos requerentes;
- o requerente principal compromete-se a respeitar as obrigações estabelecidas na declaração da entidade/entidades afiliadas anexa ao formulário de pedido de subvenção e os princípios de boas práticas de parceria;
- o requerente principal é diretamente responsável pela preparação, gestão e implementação da ação, em colaboração com o(s) co-requerente(s) e a(s) entidade(s) afiliada(s), e não age enquanto intermediário;
- o requerente principal, o(s) co-requerente(s) e a(s) entidade(s) afiliada(s) não se encontram em nenhuma das situações que justifiquem a sua exclusão dos contratos enumerados no ponto 2.6.10.1 do guia prático (disponível na Internet no seguinte endereço: http://ec.europa.eu/europeaid/prag/document.do) Além disso, reconhecem e aceitam que o requerente principal, o(s) co-requerente(s) e as eventuais entidades afiliadas participantes, embora se encontrem em qualquer destas situações, podem ser excluídos de outros procedimentos em conformidade com os regulamentos financeiros em vigor;
- o requerente principal e cada co-requerente e entidade afiliada (conforme o caso) estão em condições de fornecer imediatamente, mediante pedido, os documentos comprovativos mencionados no ponto 2.4 das orientações destinadas aos requerentes;
- **o requerente principal e cada co-requerente e entidade afiliada (se adequado) são elegíveis segundo os critérios definidos nos pontos 2.1.1 e 2.1.2 das directrizes destinadas aos requerentes;**
- Se for recomendado para a concessão de uma subvenção, o requerente principal, o(s) co-requerente(s) e a(s) entidade(s) afiliada(s) aceitam as condições contratuais estabelecidas no contrato-tipo anexo às orientações destinadas aos requerentes (anexo G) (ou no contrato de financiamento, se aplicável).

As fontes e os montantes dos financiamentos provenientes da União de que beneficiou, que solicitou para a ação, parte da referida ação ou para o seu funcionamento, durante o mesmo exercício financeiro, bem como quaisquer outros financiamentos de que beneficiou ou solicitou para a mesma ação, são seguidamente enumerados:

Não aplicável.

O requerente principal tem plena consciência da sua obrigação de informar imediatamente a entidade adjudicante destinatária deste pedido, caso o mesmo pedido de financiamento,

apresentado a outros serviços da Comissão Europeia ou das instituições da União Europeia, seja aprovado por estas últimas após a apresentação do presente pedido de subvenção.

Entendemos que, se participarmos numa das situações previstas no ponto 2.6.10.1 do Guia Prático ou caso se verifique terem sido feitas falsas declarações ou prestadas falsas informações, podemos vir a ser excluídos do presente processo e estar sujeitos a sanções administrativas sob a forma de exclusão e de sanções financeiras no limite de 10% do valor total estimado da subvenção concedida e que esta informação poderá ser publicada no sítio Internet da Comissão em conformidade com a regulamentação financeira em vigor. Estamos conscientes que, a fim de assegurar a proteção dos interesses financeiros da União Europeia, os nossos dados pessoais podem ser comunicados aos serviços de auditoria interna, ao sistema de deteção e alerta precoce, ao Tribunal de Contas Europeu, à instância especializada em matéria de irregularidades financeiras ou ao Organismo Europeu de Luta Antifraude.

Assinado em nome do requerente principal

Nome completo	**Miguel José Marcos de Barros**
Assinatura	
Localização	**Av. Caetano Semedo, Bairro de Belém, Guiné-Bissau** **C.P. 667 – Bissau, República da Guiné-Bissau**
Data	**14 de Outubro de 2020**

9 GRELHA DE AVALIAÇÃO DO PEDIDO COMPLETO

(APENAS PARA UTILIZAÇÃO DA ENTIDADE ADJUDICANTE)

	SIM	NÃO
ABERTURA, VERIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA DO PEDIDO COMPLETO		
1 O prazo foi respeitado.		
2. O pedido completo satisfaz todos os critérios especificados na lista de verificação constante do ponto 7 da seção B.		
PARECER O comité decidiu avaliar o pedido completo, que satisfez os controlos administrativos.		
A conformidade administrativa foi verificada por: Data:		
AVALIAÇÃO DO PEDIDO COMPLETO		
PARECER **A.** A proposta foi provisoriamente selecionada entre as propostas com as melhores classificações no âmbito do envelope financeiro disponível e o comité recomendou uma verificação da elegibilidade.		
B. A proposta foi colocada na lista de reserva entre as propostas com as melhores classificações e a comissão recomendou uma verificação da elegibilidade.		
A proposta foi avaliada por: Data:		
VERIFICAÇÃO DA ELEGIBILIDADE		
3. A lista de verificação relativa ao formulário de pedido completo (seção 2) foi devidamente preenchida.		
4. O requerente principal satisfaz os critérios de elegibilidade do ponto 2.1.1 das orientações.		
5. O(s) co-requerente(s), caso exista(m), preenche(m) os critérios de elegibilidade previstos no ponto 2.1.1 das orientações.		
6. A(s) entidade(s) afiliada(s) preenche(m) os critérios de elegibilidade previstos no ponto 2.1.3 das orientações.		
7. Os documentos comprovativos a seguir enumerados foram apresentados em conformidade com as orientações (seção 2.4.)		
a. Os estatutos ou o ato constitutivo do requerente principal		
b. Os estatutos ou o ato constitutivo dos co-requerentes e da(s) entidade(s) afiliada(s)		
d. Uma cópia das demonstrações financeiras mais recentes do requerente principal.		
A elegibilidade foi avaliada por: Data:		
PARECER		

O comité verificou a elegibilidade da proposta com base nos critérios estabelecidos nas orientações destinadas aos requerentes e selecionou a proposta a financiar.		